

**Pedido Financeiro ao Fundo da Parceria Global para a Educação**



**Setembro 2011**

## Índice

ANTECEDENTES .....	5
1. CONTEXTO E OBJECTIVO DO PEDIDO FINANCEIRO.....	7
<b>1.1 Contexto Político.....</b>	<b>7</b>
<b>1.2 Contexto Demográfico e Social .....</b>	<b>8</b>
<b>1.3 Contexto Económico e Financeiro .....</b>	<b>9</b>
<b>1.4 Contexto Sectorial e Institucional .....</b>	<b>10</b>
<b>1.4.1 Acesso e Equidade.....</b>	<b>10</b>
<b>1.4.2 Qualidade da Educação .....</b>	<b>14</b>
<b>1.4.3 Questões de Governação.....</b>	<b>16</b>
2. PEDIDO FINANCEIRO AO FUNDO DA PARCERIA GLOBAL PARA A EDUCAÇÃO .....	17
<b>2.1 Política Educativa Nacional .....</b>	<b>17</b>
<b>2.2 Plano do Sector Educativo.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3 Opções Estratégicas para a Consecução dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento.....</b>	<b>20</b>
<b>2.4 Das Políticas à Acção.....</b>	<b>21</b>
<b>2.4.1 Justificativa para o Pedido financeiro.....</b>	<b>21</b>
<b>2.4.2 Modalidades da Implementação.....</b>	<b>22</b>
<b>2.4.3 O Alcance do Pedido Financeiro.....</b>	<b>25</b>
3. OBJECTIVOS E DESCRIÇÃO DO PROJECTO .....	27
<b>COMPONENTE 1 : MAIOR DISPONIBILIDADE DE INFRA-ESTRUTURAS ESCOLARES E INSTALAÇÕES ADEQUADAS (US\$4.0 MILHÕES).....</b>	<b>27</b>
<b>COMPONENTE 2 : MAIOR DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS DE APRENDIZAGEM (US\$4.7 MILHÕES).....</b>	<b>28</b>
<b>COMPONENTE 3 : REFORÇO DA CAPACIDADE DE GESTÃO (US\$3.1 MILHÕES).....</b>	<b>28</b>
4. SUSTENTABILIDADE DAS INTERVENÇÕES PROPOSTAS.....	28
5. OBSERVAÇÕES FINAIS .....	29
ANEXO 1 : FORMULÁRIO INFORMATIVO DA FTI- GUINÉ-BISSAU.....	31

## LISTA DAS TABELAS

<b>Tabela 1 : Recursos Governamentais e Alocação do Orçamento ao sector de Educação</b>
<b>Tabela 2 : Orçamento para a Educação em 2006 e 2010</b>
<b>Tabela 3 : Progressos nas Matrículas do Ensino Básico e Secundário</b>
<b>Tabela 4 : Progresso nas Matrículas e TBE no Ensino Básico e Secundário</b>
<b>Tabela 5 : Grupo Etário e Alunos no Ensino Básico</b>
<b>Tabela 6 : Taxa de Repetência (%) por Classe 2009/10</b>
<b>Tabela 7 : Resumo das Contas do PSE, 2012-2014</b>
<b>Tabela 8 : Quadro Indicativo da FTI (Fast Track Initiative – Iniciativa Acelerada de Educação para Todos): Valores de Referência para a Guiné-Bissau</b>
<b>Tabela 9 : Compromissos dos Doadores para os Próximos Três anos</b>
<b>Tabela 10 : Período de Implementação do Projecto : Janeiro 2012- Dezembro 2014</b>
<b>Tabela 11: Contribuição Esperada do (GPEF) para a Implementação do Plano do Sector Educativo</b>
<b>Tabela 12 : Actividades Propostas a serem Financiadas pelo GPEF (PGE)</b>

## **Lista das Figuras**

**Figura 1 :Progresso nas matrículas por Classe e Total**

**Figura 2 :Progresso na TBE no Ensino Básico e Secundário**

**Figura 3 :TBE por Classe e Género para o Ensino Secundário  
Diferentes**

**Figura 5 :Perfil da Repetência do Ensino Primário e Secundário**

**Figura 6 :Quadro das Políticas Sectoriais e da Relação entre a Política e os instrumentos  
Operacionais**

## ACRÓNIMOS

AGEOPPE	<b>Agência de Execução de Obras de Interesse Público e Promoção do Emprego</b> <b>(Agency for Execution of Public Works and Employment Promotion)</b>
<b>BAD</b>	Banco Africano de Desenvolvimento
CAB SE	Gabinete do Secretário de Estado, Ministro da Educação Nacional (MEN)
DAF	Direcção de Administração e Finanças do Ministério Educação Nacional
DAP/PAD	Documento da Avaliação do Projecto
DGEB	Direcção Geral do Ensino Básico
DGES	Direcção Geral de Educação Superior
DRH	Departamento dos Recursos Humanos
<b>EFP</b>	Escola de Formação de Professores
<b>EPT</b>	Educação para Todos
EPU	Educação Primária Universal
ES/SE	Entidade Supervisora
GEL/LEG	Grupo de Educação Local
GIPASE	Gabinete de Informação, Planeamento e Avaliação do Sistema de Educação
GSIGE/EMIS	Sistemas de Informação da Gestão da Educação
IAET/FTI	Iniciativa Acelerada de Educação para Todos /Fast Track Initiative
IAP/ILAP	Inquérito da Avaliação da Pobreza
IGE	Inspeção Geral de Educação
INAFOR	Instituto Nacional de Formação Técnica e Vocacional
INDE	Instituto Nacional para o Desenvolvimento Educacional
ITC	Informação e Tecnologias de Comunicação
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
MoE	Ministério da Educação Nacional
MoF	Ministério das Finanças
ONG	Organização Não-Governamental
PAA	Plano de Acção Anual
PFT-ES/	Parceiros Financeiros e Técnicos do Sector da Educação
PFT/	Parceiros Financeiros e Técnicos
PGE/GPEF	Parceria Global de Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PSE	Plano do Sector Educativo
PTR	Alunos/Rácio Professor
RCA	República Centro Africana
<b>REP/CSR</b>	Relatório sobre a Educação do País
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
SAB	Sector Autónomo de Bissau
SE	Secretário de Estado
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para as Crianças
XOF	Franco CFA

## ANTECEDENTES

**A Guiné-Bissau, um Estado frágil, situado na África Ocidental, entrou para a Educação Para Todos - *Fast Track Initiative* (EFA-FTI) (Iniciativa Acelerada de Educação Para Todos) em Setembro de 2010.** Tal foi o culminar de um longo período de consulta, liderado pelo Governo, durante o qual um número de recolha de dados, trabalho de análise, desenvolvimento de políticas e consulta pública foi levado a cabo em todo o país.

**Este processo foi substancialmente apoiado, técnica e financeiramente, por agências de desenvolvimento,** devido ao compromisso demonstrado pelo governo, no respeitante à fragilidade das instituições nacionais, e do forte mecanismo de coordenação que surgiu no início do processo. O Governo, juntamente com os parceiros de desenvolvimento e das Organizações da Sociedade Civil (OSC), formou o Grupo de Educação Local - GEL (LEG), que serviu de instrumento em todos os progressos realizados até ao momento. As agências de desenvolvimento a trabalhar no país seleccionaram a UNICEF como a Agência Coordenadora. A UNICEF tem desempenhado um papel preponderante estimulando a coordenação entre os parceiros, tendo contribuído sem precedentes para a dinâmica de coordenação, que surgiu como resultado do processo EFA-FTI.

**O processo foi um desafio.** Sendo um Estado frágil, a Guiné-Bissau tem sido palco de instabilidade política, frequente rotatividade no Governo, e fragilidade institucional. Pode dar-se como exemplo, o facto do processo de preparação ter durado mais de dois anos e meio, tendo sido nomeados, neste período de tempo, quatro ministros da educação diferentes. Porém, o mais preocupante foi a falta de dados elementares sobre o ensino com os quais se deveria dar início ao trabalho. Estes dados sobre a educação não são, há muitos anos, nem recolhidos nem processados pelo Ministério da Educação. Por conseguinte, fez-se o trabalho a partir da estaca zero. Começou-se pela recolha, processamento e análise de dados, seguido da preparação do Relatório Sobre a Situação Nacional da Educação (CSR) um diagnóstico abrangente da situação do sistema de ensino. Prosseguiu-se com o desenvolvimento do modelo de simulação financeira para o ensino básico, o desenvolvimento da Carta de Política Educativa e, finalmente, o desenvolvimento temporário trienal do Plano Sectorial de Educação (ESP) -PSE - 2011-2013.

**Apesar das dificuldades, a Guiné-Bissau conseguiu cumprir com todos os requisitos para participar na EFA-FTI.** Tal apenas foi possível principalmente, graças ao compromisso do Governo para com o processo. Devido a se ter criado uma Equipa Técnica Nacional de modo a ser responsável pelo trabalho técnico e consulta com os parceiros, as mudanças efectuadas na liderança do Ministério da Educação afectaram parcamente os progressos.

**O presente Pedido Financeiro é o primeiro do tipo a ser apresentado ao Fundo da Parceria Global para a Educação (GPEF) pela Guiné-Bissau.** A decisão de submeter o Pedido Financeiro proveio do Governo e foi apoiado pelos membros do GEL (LEG) – Grupo de Educação Local, pelas seguintes razões:

**Primeiro, as necessidades de educação são enormes no país e o sector tem sido sub-financiado,** tanto internamente como externamente pelos parceiros nos últimos anos. O problema financeiro do Governo é tão óbvio, que enfrenta dificuldades no pagamento de salários dos professores, tendo salários em atraso dos mesmos; 13 por cento das salas de aula são feitas de palha e colmo ficando inundadas quando chove, faltando quase tudo nas mesmas desde livros a materiais didácticos. Para piorar a situação, o país está órfão de doadores, com

poucos presentes no sector. Neste contexto, uma injeção externa de recursos financeiros é indispensável para atender às necessidades urgentes do sector.

**Segundo, o aumento do número de crianças matriculadas no ensino básico aumentou de modo considerável que, quer as ONGs, comunidades quer fornecedores privados estão a apoiar cada vez mais a educação**, na ausência da capacidade do Governo. Presentemente, a título de exemplo, os professores da comunidade (pagos pelos pobres nas zonas rurais) representam 27,4 por cento dos professores públicos no ensino básico. No contexto das políticas de combate à pobreza abraçadas pelo Governo, é no mínimo injusto que um quinto das pessoas mais pobres da população pague pela educação dos seus filhos, enquanto um quinto dos mais ricos não paga, sendo o ensino básico gratuito. Este Pedido Financeiro irá lidar com esta situação através da expansão planeada de instituições de formação de professores, a par com a descentralização para as províncias de modo a que o país aumente a sua capacidade de formação de professores.

**Terceiro, há sinais de melhorias do compromisso do Governo para a reforma económica e boa governação.** Não obstante, apesar da fragilidade política prevaiente no país, a situação do Governo tem-se mantido estável, ou seja, o Governo não é demitido pela primeira vez em muitos anos, parecendo que irá completar o seu mandato. Por outro lado, a reforma aguardada das forças armadas, crucial para a estabilidade política e para a melhoria das finanças públicas, parece estar a progredir razoavelmente. Além disso, o país atingiu o ponto de conclusão do HIPC em Dezembro de 2010 e está a beneficiar do alívio da dívida multilateral.

**Quarto, as perspectivas económicas e toda a conjuntura parecem presentemente bastante favoráveis.** O FMI informou em 15 de Setembro de 2011 que pela primeira vez numa década, a receita fiscal vai cobrir as despesas correntes para 2012, ao passo que em 2008 a receita fiscal cobria apenas 40 por cento das despesas do Governo. Tal deve-se graças ao alívio da dívida e graças à duplicação da exportação do caju - resultante do aumento da produção. O Governo comprometeu-se a fornecer recursos adicionais aos sectores sociais. Comprometeu-se a aumentar o orçamento para o sector da educação dos 13 por cento actuais para 15 por cento em 2015. Convém referir que, apoiando agora o GPEF é apropriado para alavancar os recursos adicionais do Governo para a educação.

**Finalmente, o Governo elaborou e aprovou em Setembro de 2010, um Plano Sectorial de Educação credível para o triénio 2011-2013** que visa garantir que o sistema funcione, no mínimo a níveis aceitáveis. O contexto de fragilidade e a falta de dados consistentes e confiáveis tornou difícil para o país desenvolver um plano de longo prazo. O plano intermédio está a ser implementado com recursos do Governo e dos parceiros de desenvolvimento, mas o défice financeiro continua a ser importante. Se este Pedido Financeiro for aprovado, os recursos do GPEF apoiarão a implementação do ESP ao longo do período 2012-2014<sup>1</sup>. Apoiará também o desenvolvimento de um Plano completo para o sector da educação visando o período 2014-2023.

**A Guiné-Bissau não atingirá a educação básica universal antes de 2020.** A Guiné-Bissau tem de "acelerar o passo" porque se encontra numa situação de atraso em relação à maioria dos países africanos da África Subsariana. A taxa de conclusão no ensino básico é apenas de 61,8 por cento. Actualmente, pelo menos 132.873 crianças com idades compreendidas entre os 7 e 12 anos não frequentam o ensino básico na Guiné-Bissau, sendo a

---

<sup>1</sup> O plano para o triénio (2011-2013) de facto abrange o ano académico 2011/12 a 2013/14, o ano escolar na Guiné-Bissau inicia em Setembro/Outubro e termina em Junho/Julho do ano seguinte.

maioria destas crianças raparigas. Tudo isto torna a Guiné-Bissau num dos países com a maior percentagem de crianças em idade escolar que não frequenta a escola.

**O défice financeiro no ensino básico para o período de 2012-2014 foi estimado em USD 27,6 milhões.** De salientar que este Pedido Financeiro, no valor de USD \$12 milhões, abrangerá apenas, cerca de 43 por cento deste défice. O Pedido Financeiro tem em consideração a capacidade do país e da contribuição dos actuais doadores e daqueles a serem potenciais doadores para o sector nos próximos anos. O GPEF será fundamental para acelerar os esforços para conclusão do ensino básico universal, através da construção de novas salas de aula para acomodar o crescente número de crianças, principalmente raparigas, formação de mais professores para acompanhar o ritmo das matrículas das crianças, providenciar material didáctico gratuito para as mesmas, e apoiar o fortalecimento institucional do sector da educação.

## **1 CONTEXTO E OBJECTIVO DO PEDIDO FINANCEIRO**

### **1.1 Contexto Político**

**A Guiné-Bissau é um Estado pequeno e frágil situado na África Ocidental às voltas com uma transição política difícil.** Após 11 anos de guerra de libertação contra o jugo colonial português, a Guiné-Bissau declarou a sua independência em 1974. Desde então, a sua história tem sido marcada pela violência política e constante instabilidade. Apesar de ter sido palco de eleições democráticas regulares desde 1994, com o poder mudando de mãos, o país continuou a ser atingido por uma série de golpes de estado, rebeliões armadas e assassinatos políticos com as forças armadas no centro da turbulência.

**Um conflito militar de curta duração, porém, violento entre Junho de 1998 e Maio de 1999 foi particularmente grave e prejudicial,** já que conduziu a danos físicos significativos na capital Bissau, corte na receita nacional em 25 por cento, levando os recursos humanos mais qualificados do país a deixarem o mesmo, induzindo este conflito ainda a uma ‘fuga de cérebros’ e subsequente perda da capacidade quer civil quer económica.

**O retorno à paz em 1999 não atenuou as tensões políticas existentes,** que foram novamente exacerbadas recentemente com o assassinato do Chefe do Estado Maior do Exército e do Presidente da República em Março de 2009. A situação política do país ainda permanece frágil, mas há sinais crescentes de que a Guiné-Bissau pode estar no caminho de uma estabilidade política há tanto tempo esperada.

**O contexto de elevada instabilidade política contribuiu para a fragilidade da administração pública, particularmente no domínio da gestão económica e financeira.** No rescaldo do conflito, houve mudanças frequentes no Governo, assim sendo, ao longo de uma década 1999-2009 a Guiné-Bissau foi palco de 14 governos sucessivos. É importante referir a preocupação face à crescente presença de traficantes de drogas latino-americanos nos últimos anos, com potencial para um impacto negativo sobre a evolução social, económica e de segurança no país.

## 1.2 Contexto Demográfico e Social

**A população da Guiné-Bissau é constituída por 1,5 milhão de habitantes, na sua maioria jovens.** Estima-se que 42,5 por cento (0.64 milhões de pessoas) tem menos de 15 anos de idade.<sup>2</sup> A população tem crescido a uma média anual de 3,1 por cento – a partir de 900.000 habitantes em 1991. A grande proporção da população juvenil constitui um enorme desafio para o sector da educação, já que se deve acomodar um número considerável e crescente de alunos nas escolas.

**A população urbana tem crescido regularmente,** como resultado da rápida urbanização e migração. Presentemente, estima-se que 30 por cento da população vive nas zonas urbanas em comparação com os 18 por cento em 1991. A densidade média da população é de cerca de 30 habitantes por km<sup>2</sup>, estando, no entanto, distribuída de forma irregular entre diferentes áreas geográficas, com maior concentração nas zonas costeiras. Bissau - a capital - alberga cerca de 30 por cento da população do país, gerando uma pressão significativa na demanda de serviços sociais básicos.

**O país foi classificado na cauda dos países em termos do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),** figurando no 164º lugar de entre 169 países no IDH de 2010. A pobreza crónica é profunda e enraizada, estimando-se que 70 por cento da população vive, segundo a classificação da linha da pobreza de 2010 com menos de US\$ 2 por dia. É de salientar que piorou desde a classificação de 2002, quando a proporção da população que vivia com menos de \$2 dólares por dia era de 65 por cento. Sessenta (60) por cento da população acima dos 15 anos de idade é analfabeta. Os objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) estão longe de ser alcançados, tornando-se difícil para a Guiné-Bissau atingir os objectivos propostos do ensino primário universal até 2015.<sup>3</sup>

**Os sectores sociais em geral e do sector da educação em particular, têm sofrido nos últimos anos com o desenvolvimento económico lento e instabilidade política.** O sector da segurança tem absorvido uma grande parte do orçamento público corrente. Oitenta (80) por cento das despesas recorrentes do Governo são aplicadas no pagamento dos salários. Os 7.000 funcionários públicos do sector de segurança representam 60 por cento de todos os funcionários públicos na Guiné-Bissau, consumindo quase metade da massa salarial.

**Gastos públicos nos sectores sociais são precários.** Em 2010, as despesas públicas no sector da educação representaram apenas 1,3 por cento do PIB, inferior àquela recomendada de 3,6 por cento no quadro da Educação para Todos - Fast Track Initiative (EFA-FTI), sendo responsável por apenas 13 por cento da despesa pública total. Tal resultou numa série de *inputs* educacionais e de infra-estrutura no sector restringindo a oferta de educação de qualidade. Objectivo fundamental do Governo como questão imediata é, por conseguinte, incrementar as inscrições no ensino para níveis aceitáveis e construir escolas de modo a proporcionar um ambiente adequado para a aprendizagem.

---

<sup>2</sup> Censo Demográfico 2009

<sup>3</sup> O modelo de simulação financeira para o ensino primário universal mostra que a Guiné-Bissau não será capaz de alcançar a conclusão do ensino primário universal até 2020.

### 1.3 Contexto Económico e Financeiro

**O Desempenho macroeconómico tem sido fraco nos últimos anos.** A economia ainda sofre as consequências do conflito de 1998-1999, contraindo o PIB real em 28 por cento. Na década posterior à guerra o crescimento económico praticamente não ultrapassou o crescimento da população. Durante o período de 2000-2005, a taxa média do crescimento real do PIB foi cerca de 1 por cento, com crescimento negativo registado em 2001 e 2003. A situação fiscal continua precária, já que as receitas fiscais do governo são na ordem dos 14 por cento do PIB. Os esforços do governo desde 2000 para restabelecer a estabilidade económica têm apresentado resultados de vária ordem. Os esforços envidados para o restabelecimento económico têm sido dificultados pela morosidade das reformas políticas e pelo apoio insuficiente dos doadores.

**O PIB per capita foi estimado em US \$500 em 2010,** e a taxa de crescimento do PIB foi em torno dos 4 por cento. A Guiné-Bissau é altamente dependente da ajuda externa. Em 2010, o apoio orçamental foi responsável por 20 por cento dos recursos totais do governo. Neste cenário macroeconómico difícil, a educação carece de uma alocação adequada no orçamento.

**Tabela 1: Recursos Governamentais e Alocação do Orçamento ao Sector da Educação**

	2006	2010
PIB (milhões de CFA, <i>preços actuais</i> )	160 808	418 800 <sup>4</sup>
PIB per capita (US\$)	212	504
Recursos do Governo		
Total (milhões de CFA, <i>preços actuais</i> )	41 668	52 500
Internos (em %)	75%	82%
Exterior (em %)	25%	18%
Recursos Internos como % de PIB (peso fiscal)	19.6%	10.3%
Orçamento para a Educação		
Orçamento alocado (milhões de CFA)	3 879	5 615
Como % dos Recursos Internos do Governo	12.3%	13%
Como % do PIB	2.5%	1.3%

Fontes: Ministério das Finanças e INE, \* re-estimado pelo FMI

**A taxa das despesas públicas recorrentes destinada à educação continua baixa** - entre 9 e 13 por cento de 2003 a 2010. Tal está muito abaixo dos 20 por cento recomendados pelo quadro indicativo da *Fast Track Initiative*, e que recomenda para os países africanos tendo em conta a sua riqueza, ou seja, de 14 por cento para a RCA a 28 por cento para Madagáscar. A causa desta baixa alocação de fundos ao sector da educação reside no facto da importância dada à defesa e às despesas de segurança - um legado da instabilidade que afectou o país, continuando a ser uma questão particularmente sensível<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> O PIB de 2010 foi novamente calculado pelo FMI, o que explica a grande diferença do PIB entre 2006 e 2010 a preços actuais. Este novo cálculo levou em conta vários itens que não foram previamente captados ou não tidos em conta nas medidas anteriores, como por exemplo o sector informal de produção da castanha de caju.

<sup>5</sup> A proporção das despesas do Ministério da Defesa Nacional era de 16 por cento em 2006 e 15 por cento em 2007.

**Tabela 2: Orçamento para a Educação em 2006 e 2010**

	2006	2010
Orçamento para a Educação (milhões de CFA)	3,879	5,615
% Alocados ao ensino básico	56.7	55.2
% Alocados aos salários	85%	93%

Fonte: GIPASE Bissau

## 1.4 Contexto Sectorial e Institucional

### 1.4.1 Acesso e Equidade

**Acesso à educação aumentou consideravelmente nos últimos anos.** Com quase 360 mil alunos matriculados no ensino básico e secundário em 2009-2010, o sistema de ensino actualmente acolhe o dobro de alunos que em 1999.<sup>6</sup> No ensino básico, o número de alunos aumentou de 151.019 para 278.668. Este aumento na cobertura, principalmente nos últimos anos, deve-se em parte ao esforço sem precedentes do governo disponibilizar novas salas de aula e estimular a procura.<sup>7</sup> Também está associado com o envolvimento crescente de provedores privados e das comunidades locais na oferta de educação básica.<sup>8</sup>

**Tabela 3: Progressos nas matrículas do Ensino Básico e Secundário**

Ano escolar	1997-98	1999-00	2001-02	2004-05	2005-06	2009-10	
Ensino Básico (1 <sup>a</sup> -4 <sup>a</sup> classe) EBE	99,337	123,307	176,886	209,871	220,031	223,487	
Ensino Básico Complementar (5 <sup>a</sup> -6 <sup>a</sup> classe) EBC	19,386	27,712	37,955	42,608	49,256	55,181	
<b>Sub-total Ensino Básico (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe)</b>	<b>118,723</b>	<b>151,019</b>	<b>214,841</b>	<b>252,479</b>	<b>269,287</b>	<b>278,668</b>	<b>78.668</b>
Ensino Secundário Geral (7 <sup>a</sup> -9 <sup>a</sup> classe) ESG	13,167	20,004	30,509	38,273	41,216	58,897	
Ensino Secundário Complementar (10 <sup>a</sup> -11 <sup>a</sup> classe) ESC	2,754	5,030	9,049	12,234	12,983	19,059	
<b>Sub-Total do Ensino Secundário (7<sup>a</sup>-11<sup>a</sup> classe)</b>	<b>15,921</b>	<b>25,034</b>	<b>39,558</b>	<b>50,507</b>	<b>54,199</b>	<b>77,956</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>134,644</b>	<b>176,053</b>	<b>254,399</b>	<b>302,986</b>	<b>323,486</b>	<b>356,624</b>	

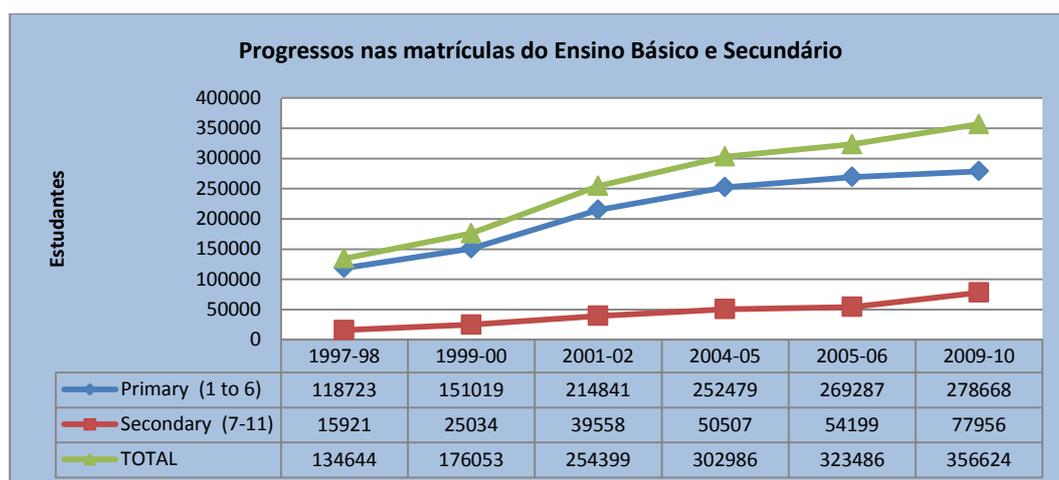
Fonte: GIPASE, Ministério da Educação

<sup>6</sup> O ensino básico é composto por 6 classes dividido em dois ciclos. O primeiro ciclo é composto pelas classes primeira à quarta classe (1-4) e o segundo ciclo é composto pelas classes da quinta à sexta classe (5-6). A lei recentemente aprovada pelo Conselho de Ministros em Março de 2010 expande o ensino básico para 9 anos dividido em ciclos. O primeiro ciclo corresponde às classes da primeira à quarta classe (1-4); o segundo ciclo corresponde às classes da quinta à sexta classe (5-6); e o terceiro ciclo das classes da sétima à nona classe (7-9). A nova arquitectura do sistema de educação é composta por nove anos de ensino básico e 3 anos para o ensino secundário, porém ainda não foi implementado.

<sup>7</sup> A abolição das propinas nas escolas públicas do ensino primário em 2002 e a oferta de alimentos nas escolas primárias aos alunos, são factores que contribuíram para um impacto positivo nas matrículas.

<sup>8</sup> O número de escolas do ensino básico cresceu de 650 a 1,334 no mesmo período (um incremento de cerca de 100 por cento). Hoje em dia, as matrículas quer das escolas comunitárias quer das escolas privadas representam respectivamente 15.8 e 11.5 por cento de todas as matrículas no país.

**Figura 1: Progresso nas matrículas por Classe e Total**



A Taxa Bruta de Admissão no Ensino Básico (TBA) tem sido elevada nos últimos anos de 67,9 por cento em 1999 a 111,5 por cento em 2009, fazendo pressão no sistema de ensino para acomodar a demanda crescente (Figura 1). No entanto, a taxa líquida de matrículas no ensino primário é de 67 por cento. As taxas de matrícula bruta e líquida são altamente divergentes por causa das matrículas tardias das crianças. Em teoria, o ensino básico deve ser frequentado por crianças entre os 7 e 12 anos, no entanto, o grupo etário das crianças neste ciclo varia entre 6 e 18 anos.

O Ensino Secundário tem seguido um padrão similar de crescimento. O número de alunos matriculados neste nível de ensino mais que triplicou entre 1999 e 2009, passando de 25,034 para 77,956. O sector privado de educação, com 50 por cento de matrículas em 2009, teve um papel catalisador nesta expansão, já que o investimento do Governo no ensino secundário manteve-se muito modesto.<sup>9</sup>

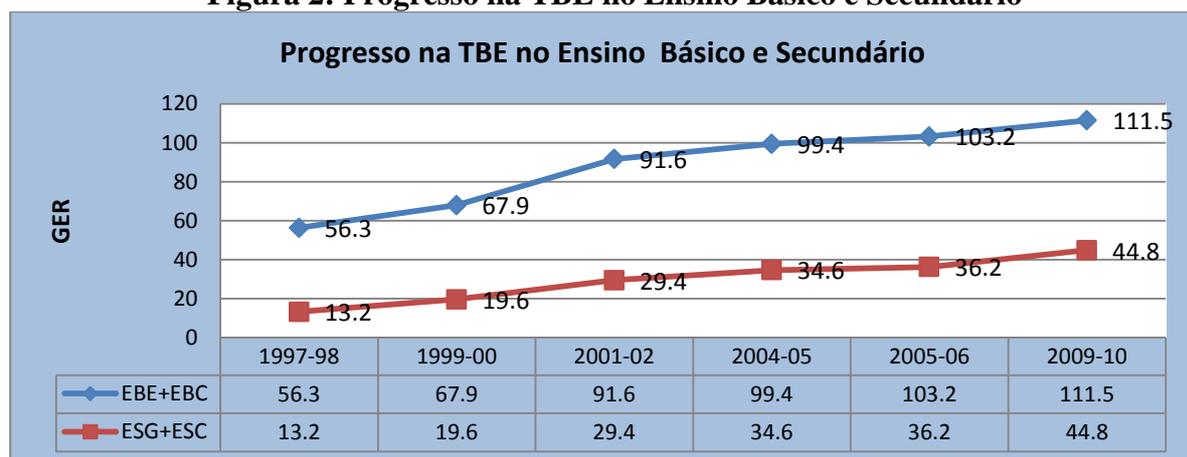
**Tabela 4: Progresso nas Matrículas e TBE no Ensino Básico e Secundário**

Taxa Bruta de Matrículas (%)	1997-98	1999-00	2001-02	2004-05	2005-06	2009-10
EBE (1 <sup>a</sup> -4 <sup>a</sup> classe)	65.2	76.8	104.4	114.4	116.7	130.4
EBC (5 <sup>a</sup> -6 <sup>a</sup> classe)	33.1	44.9	58.3	60.4	68.0	70.2
<b>EBE+EBC</b>	<b>56.3</b>	<b>67.9</b>	<b>91.6</b>	<b>99.4</b>	<b>103.2</b>	<b>111.5</b>
ESG	17.3	24.9	36.0	41.7	43.7	54.5
ESC	6.1	10.6	18.2	22.7	23.4	29.0
<b>ESG+ESC</b>	<b>13.2</b>	<b>19.6</b>	<b>29.4</b>	<b>34.6</b>	<b>36.2</b>	<b>44.8</b>

Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento (GIPASE)

<sup>9</sup> O crescimento das escolas privadas oferecendo o ensino secundário tem sido notável. Em 2000, as escolas privadas acolheram 6 por cento das matrículas.

**Figura 2: Progresso na TBE no Ensino Básico e Secundário**



**Obstáculos à frequência escolar variam entre os factores de oferta e demanda.** Do lado da oferta, o principal obstáculo para a frequência escolar é a falta de infra-estruturas escolares e professores (21 por cento das crianças do país com idade compreendida entre os 7-14 anos vivem a 30 minutos de distância da escola mais próxima), e a proporção relativamente elevada de escolas que não oferecem o ciclo completo de ensino básico (a maioria oferece 4 anos ou menos). Em 2009, 31 por cento das escolas primárias públicas não oferecia a 5ª e 6ª classe. Em termos de demanda, os principais obstáculos à frequência escolar são devidos ao trabalho infantil e ao casamento precoce. Convém referir que uma proporção elevada de crianças entra para a escola tardiamente, explicando o porquê de atingirem a idade laboral ou a idade para se casarem quando chegam à terceira ou quarta classe. De acordo com dados do GIPASE, 70 por cento das crianças a frequentarem a 1ª classe, em 2009/10, tinham 10 ou mais anos de idade.

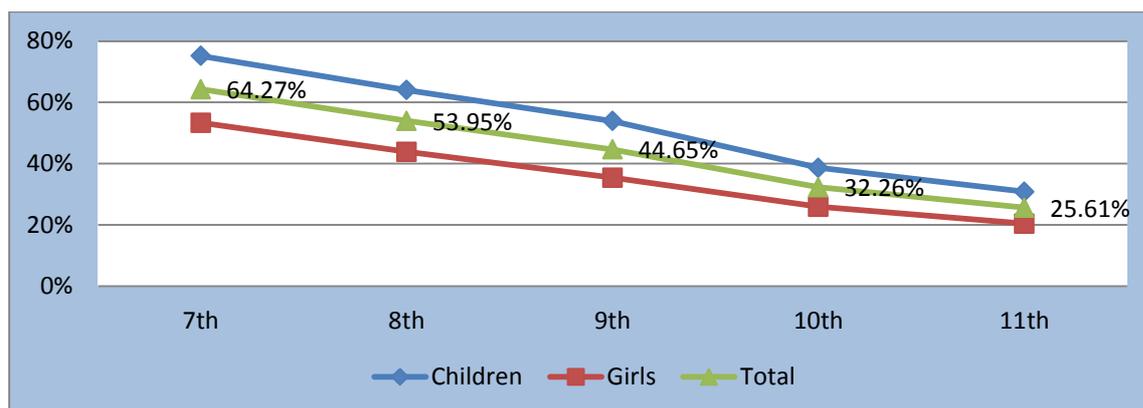
**Tabela 5: Grupo Etário e Alunos no Ensino Básico**

IDADE	População	Alunos no Ensino Básico	Crianças que não frequentam a escola
7-10 anos	207,362	108,175	99,187
11-12 anos	92,749	59,063	33,686
Total	300,111	167,238	132,873

*Fonte: Censo da População de 2009 e GIPASE*

**O aumento das matrículas nas escolas do ensino básico foi favorecida por uma tendência globalmente positiva nas matrículas das raparigas.** A disparidade de géneros tem sido gradualmente reduzida, com um rácio de 0.93 raparigas por cada rapaz matriculado. Em 2009, as raparigas representavam cerca de 48.2 por cento dos alunos matriculados no ensino primário. Comparado com 1999, tal representa um aumento de 5 por cento da proporção das raparigas em relação aos rapazes. No entanto, o número de matrículas de raparigas reduz nos níveis superiores do sistema de ensino.

**Figura 3: TBE por Classe e Género para o Ensino Secundário**

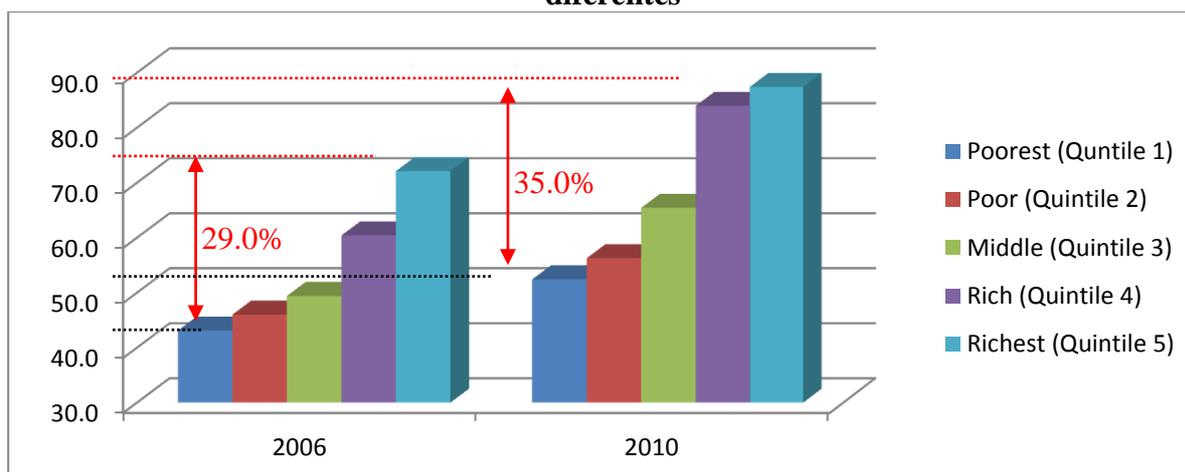


Fonte: GIPASE, Ministério da Educação

**Disparidades quer geográficas quer sócio económicas ainda são importantes.** As disparidades geográficas são caracterizadas por fortes diferenças entre a capital Bissau e o resto do país. O ensino básico é mais acessível na capital Bissau, porém, tal não acontece noutras regiões do país. Em Bissau 80 por cento das crianças matriculadas no ensino básico chegam à 6<sup>a</sup> classe, enquanto apenas 50 por cento, em média, chegam à 6<sup>a</sup> classe no resto do país. As crianças das áreas urbanas têm 86 por cento de acessibilidade escolar, comparado com os 65 por cento das crianças que vivem nas zonas rurais.

**Os ganhos da frequência no ensino básico da taxa líquida entre 2006 e 2010 foram substancialmente maiores entre os três quintis mais ricos.** A população no segundo quintil mais rico beneficiou mais com um aumento percentual de 23,6 como mostrado na figura 4. Enquanto a população no quintil mais pobre, também beneficiou de um melhor acesso, o fosso entre os quintis mais ricos e mais pobres aumentou de 29 por cento em 2006 para 35 por cento em 2010.

**Figura 4: Taxa Líquida de Frequência do Ensino Básico de 2006/2010 através de Quintis diferentes**



**O status sócio económico da família tem impactos no acesso à educação.** Enquanto 90 por cento das crianças das famílias mais ricas tendem a frequentar a escola, a probabilidade dos filhos das famílias mais pobres (Quintis 1-3) de frequentarem a escola não é superior a 65 por cento. As crianças das famílias mais ricas têm cinco vezes mais probabilidade de concluir o ensino básico, e oito vezes mais probabilidade de se matricularem no ensino secundário.

## 1.4.2 Qualidade da Educação

**Os resultados da educação são bastante baixos.** A taxa de alfabetização entre a população com idade compreendida entre os 15-24 anos é de 29 por cento, agravando-se no seio do sexo feminino que ronda (39,8 por cento). O Ensino Básico não oferece alfabetização duradoura para aqueles que o completam: apenas 65 por cento das mulheres com idades entre 22-44 ficam bem alfabetizadas após seis anos de escolaridade. Todavia, põe-se em causa a qualidade do ensino.

**A Qualidade da educação é considerada baixa.** O país não dispõe de um sistema de avaliação de aprendizagem para acompanhar os resultados de aprendizagem dos alunos, nem participa em nenhum processo de avaliação de aprendizagem regional ou internacional. Daí que não existe uma maneira objectiva de medir o sucesso da aprendizagem dos alunos. Por conseguinte, a percepção comum é que o nível de aprendizagem é baixo. O número limitado de dias de aulas devido às greves contínuas por atrasos no pagamento de salários aos professores, bem como a exposição insuficiente dos alunos à aprendizagem são percebidos como os principais factores que afectam os resultados de aprendizagem dos alunos. A todo este cenário, pode-se acrescentar ainda o ambiente precário de aprendizagem e a formação insuficiente dos professores.<sup>10</sup> Outro aspecto a ter em consideração é a língua de instrução. Enquanto a língua oficial é o português, em muitas salas de aulas os professores utilizam parcialmente o *Crioulo* (língua nacional), por falta de domínio da língua oficial. A capacidade das escolas de formação de professores é insuficiente não correspondendo às demandas actuais de professores para as escolas.

**Taxa de repetência e abandono são elevadas.** Embora as taxas de repetência têm vindo a diminuir,<sup>11</sup> continuam relativamente elevadas ao longo de todo o sistema. No ensino básico, a taxa média de repetência é de 14 por cento. No ensino secundário, 13 por cento dos alunos matriculados em 2009 eram repetentes. Em todas as classes do ensino básico a repetência é elevada, mesmo naquelas que deveria ser uma excepção. A regra no ensino básico estipula que os alunos da primeira, terceira, e quinta classe transitam automaticamente para a classe seguinte. Esta regra, contudo, não é respeitada por muitos professores.

**Em 2009, 15,1 por cento dos alunos da primeira classe e 13,8 por cento dos alunos da terceira classe eram repetentes.** A repetência está provavelmente relacionada com a baixa qualidade da educação, em parte, resultante da falta de um corpo docente devidamente qualificado. A eficiência interna do sistema é agravada pelas elevadas taxas de abandono dos alunos ao longo das diferentes classes. Em 2009, a taxa de abandono no ensino primário foi estimada em 7 por cento. A taxa de abandono está associada principalmente com alunos e pais insatisfeitos com a qualidade da educação, bem como com as mudanças nas percepções dos pais sobre o valor da escola. Por exemplo, a frustração de chegar à escola e encontrar professores ausentes por causa de greves, tem levado alguns alunos e pais a desistirem e a pararem de assistir ou de enviar os seus filhos à escola.

---

<sup>10</sup> Estima-se que as greves de professores e outras perturbações do sistema interrompem cerca de 35 por cento do número oficial de dias escolares em 2008/2009. Como resultado dessas perturbações, a cobertura do currículo é muitas vezes incompleta e, por sua vez, a aprendizagem dos alunos é afectada de forma negativa.

<sup>11</sup> Em 1999, no ensino básico a taxa de repetência foi estimada em 25 por cento e a taxa de abandono foi estimada em 15 por cento.

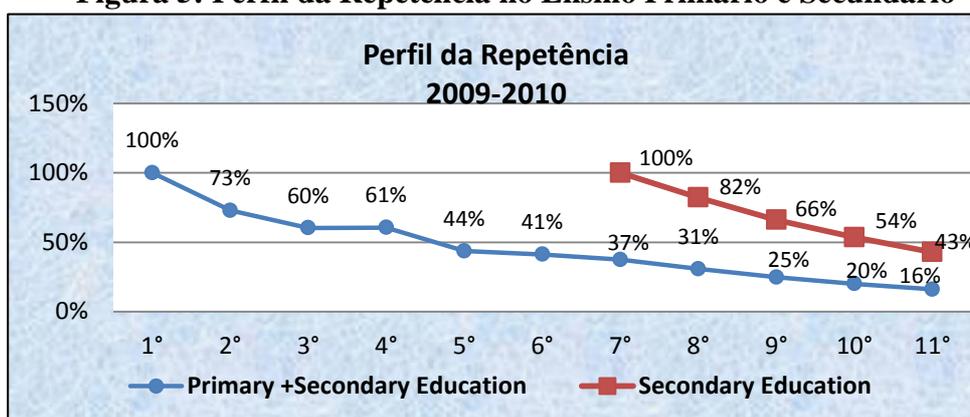
**Tabela 6: Taxa de Repetência (%) por Classe (2009/10)**

Sector	Classes						Total
	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	
<b>Total</b>	<b>15.19</b>	<b>16.12</b>	<b>13.80</b>	<b>15.15</b>	<b>9.35</b>	<b>9.66</b>	<b>14.03</b>
Público	15.87	16.80	14.58	15.73	9.57	10.58	14.51
Privado	8.10	8.03	6.46	7.80	7.75	4.51	7.34
Comunitário	16.89	17.92	15.55	17.42	11.91	5.92	16.74

Fonte: GIPASE, Ministério da Educação

**Mais impressionante, é a baixa taxa de conclusão no ensino básico.** Estimou-se a taxa mais baixa de conclusão em 61,7 por cento em 2009 (54,8 para as meninas). A taxa de conclusão baixa é resultado de uma repetência elevada e taxas de abandono escolar ao longo de todo o sistema do ensino básico. Com uma taxa de ingressos líquida de cerca de 150 por cento no ensino básico, o acesso é encorajador. O grande problema é a repetência dos alunos em todo o ciclo da educação básica.

**Figura 5: Perfil da Repetência no Ensino Primário e Secundário**



Fonte: GIPASE, Ministério da Educação

**Qualidade da educação é afectada pelo precário ambiente de aprendizagem.** Apesar de os esforços consideráveis envidados nos últimos anos para fornecer salas de aula a baixo custo para um número crescente de alunos do ensino básico, 32 por cento das salas de aula a nível do ensino básico encontram-se num estado degradado. Muitas salas de aula (13 por cento) são classificadas como *barracas* (barracas feitas de folhas de palmeira ou bambu) que se inundam quando chove. Há falta de livros didáticos e infelizmente a última distribuição de livros novos foi em 2004, financiado pelo Banco Mundial através do Projecto de Apoio à Educação Básica (PAEB). Consequentemente, o rácio de um livro por aluno nas disciplinas principais que tinha sido alcançado no ano lectivo 2002-2003 desapareceu.<sup>12</sup>

**As escolas necessitam realmente de materiais didáticos básicos de modo a funcionarem correctamente.** A abolição das propinas para as matrículas no ensino básico em 2002 teve impacto positivo e foi bem recebido quer pelos pais quer pelos alunos. No entanto, a incapacidade do Governo de transferir fundos para as escolas corroe o ambiente de aprendizagem. Os professores pedem regularmente contribuições aos pais para financiar as

<sup>12</sup> Durante o projecto, apoiado pelo Banco Mundial, a impressão dos livros era subsidiada pelo projecto. Com o término do mesmo em 2004, o governo foi incapaz de continuar a financiar os custos de reimpressão dos livros. Desta forma, terminou a distribuição de livros para os alunos. No entanto, UNICEF em conjunto com o Plano Internacional tem apoiado com sucesso a impressão e distribuição de livros didáticos para os alunos do ensino básico durante o ano lectivo 2010/2011.

necessidades básicas da escola básica, como para comprar giz, papel, lápis, etc. No ensino secundário, o currículo não é revisto há décadas e não existe um currículo harmonizado em todo o sistema. Cada escola escolhe e implementa o seu próprio currículo, alguns dos quais são de qualidade técnica questionável ou de relevância. Os livros didáticos são praticamente inexistentes e dada a situação os estudantes usam textos preparados pelos professores [apontamentos] que, deste modo, substituem os livros didáticos.

**As qualificações dos professores e os seus níveis de desempenho precisam ser melhorados.** Os professores estão no epicentro de qualquer sistema educativo. Na Guiné-Bissau, o aumento considerável no número de matrículas nos últimos anos exerceu uma forte pressão no processo de recrutamento de novos professores. O número de professores no ensino básico aumentou de 3.269 em 2000 para 3.874 em 2009. Não obstante, os Programas de formação de professores não foram capazes de acompanhar a demanda devido à capacidade limitada das duas escolas de formação de professores existente no país. Presentemente, as duas escolas de formação de professores (uma na capital e outra na ilha de Bolama) têm uma capacidade para matricular 662 alunos e, infelizmente encontram-se superlotadas. Formam, anualmente, cerca de 200 professores. A Guiné-Bissau terá que, nos próximos anos, formar 430 professores de modo a acompanhar o ritmo do número crescente de alunos no ensino básico. Assim sendo, estima-se que se deveria formar mais de 761 professores de modo a que o país possa atender às demandas actuais e futuras.

**Professores contratuais e professores da comunidade foram contratados para resolver a falta crónica de professores.** Em 2009, 1.272 professores contratuais representou 23,8 por cento de todos os professores activos no ensino básico. Além disso, muitos professores são recrutados e pagos pelas comunidades. O número de professores comunitários atingiu 1,462 em 2009 (representando 27,4 por cento do total de professores do ensino básico). Professores da comunidade não estão incluídos na folha de pagamento do Governo. São pagos pelas comunidades, às vezes, com apoio de ONGs, organizações religiosas e outras sem fins lucrativos. Embora tal tenha respondido às necessidades quantitativas dos professores no sistema de educação, tem de se ter em conta as preocupações no que tange a qualificação e experiência dos mesmos, já que a maioria deles não são qualificados e não receberam formação adequada. Por volta de 2010 verificou-se que, cerca de 63 por cento dos professores contratados não tinha formação pedagógica adequada. A maioria deles foram recrutados localmente e não recebeu formação profissional adequada para o exercício das suas funções.<sup>13</sup>

#### 1.4.2 Questões de Governação

**A gestão do sistema nos últimos anos tem sido tumultuosa.** Nos últimos anos, não há memória de um ano lectivo em que as aulas tenham iniciado a tempo (por exemplo, de acordo com o calendário escolar estipulado pelo Ministério da Educação); que não tenha sido paralisado pela greve dos professores, ou tenha sido concluído atempadamente. Este quadro turbulento é sobretudo devido em grande parte ao sistema fraco de recrutamento de professores, particularmente dos professores contratados pelo governo. Não existe controlo sobre o número e a qualidade dos professores recrutados e os números são normalmente em excesso para além daquilo planeado no orçamento. Como resultado, embora o Governo tem vindo a pagar os salários dos professores regularmente, não tem sido capaz de pagar os salários dos novos recrutamentos não planeados.

**Acumulação de atrasados salariais é recorrente no sistema.** A falta de controlo sobre o recrutamento de professores contratuais agrava-se pela acumulação de salários em

---

<sup>13</sup> O mesmo acontece no ensino secundário, onde existe apenas a escola de formação, [Escola Tchico Té] que formou entre os anos 2001 e 2009 em média 80 professores por ano, contra uma demanda estimada de 120 professores.

atrasado os quais têm de ser renegociados. Os salários em atraso estão na base das greves frequentes dos professores e a interrupção concomitante das aulas. A falta de um sistema eficaz de recrutamento e gestão dos professores torna difícil estabelecer o número de professores contratados e os valores dos salários em atraso. Por isso, surgem tensões entre ambos os Ministérios devido ao Ministério da Educação não apresentar dados fidedignos ao Ministério das Finanças e, por conseguinte, o Ministério das Finanças não está disposto a pagar os salários dos professores.

**Apesar de todos os funcionários públicos estarem afectados pelos atrasos dos salários, o sistema de educação é talvez o sector onde a crise é mais visível.** Os sindicatos de professores são realmente muito influentes no sector da educação e a sensibilidade política relativamente alta nas questões relativas à mesma, fazem do sector um campo de batalha permanente entre os professores e os diferentes governos - sofrendo como resultado a gestão do sistema educativo.

**Eficiência do governo no sector tem sido seriamente afectada pela instabilidade política e institucional no país.** Com as mudanças frequentes nos governos, com dez ministros diferentes da educação nos últimos dez anos, as instituições do Estado têm sido seriamente minadas, levando à execução de orçamentos limitados e imprevisíveis, e em geral, a uma taxa de rotatividade elevada nas instâncias superiores de governo. Como resultado, o sector da educação nunca teve realmente uma oportunidade para desenvolver e implementar políticas a médio e a longo prazo. Estas questões fundamentais traduzem-se pela diminuição da capacidade do governo para de, forma consistente e efectiva providenciar serviços de educação, particularmente nas zonas inóspitas e empobrecidas, onde as escolas carecem de todos os recursos e, por vezes, regulamentos. As comunidades têm desempenhado um papel preponderante na prestação de serviços. A participação da comunidade na gestão escolar e na apropriação comunitária foi aprimorada, já que o papel desta aumenta a gestão escolar e, em muitos casos, o processo de construção de escolas.

## **2. PEDIDO FINANCEIRO AO FUNDO DA PARCERIA GLOBAL PARA A EDUCAÇÃO**

### **2.1 Política Educativa Nacional**

**O Governo preparou uma Carta sobre Política Educativa (CPE) em 2009**, após um exaustivo processo de trabalho técnico e de consulta junto das partes interessadas, incluindo parceiros de desenvolvimento, sociedade civil, representantes do sector privado, ONGs e organizações religiosas. A CPE foi aprovada em Conselho de Ministros em 29 de Setembro de 2009.

**A CPE (2009-2020) expressa claramente a vontade política nacional de alcançar o ensino primário universal até 2020** como parte dos esforços nacionais para reduzir a pobreza e o desenvolvimento económico e social. A CPE define claramente os objectivos e estratégias para os diferentes níveis de ensino, e constitui o quadro nacional de políticas educativas. O objectivo principal da política educativa nacional é alcançar e concretizar o ensino primário universal e melhorar os padrões da educação. Além disso, as políticas educativas continuarão, com os seguintes objectivos, entre outros:

- Promover o ensino pré-escolar;

- Aumentar a disponibilidade do ensino básico, 3º ciclo (era o primeiro ciclo do ensino secundário), com vista a proporcionar nove anos de ensino à maioria das crianças;
- Melhorar a qualidade do ensino secundário, em particular através do aumento da duração do ciclo de dois para três anos;
- Melhorar o ensino superior e promover a investigação científica, de modo a que eles possam responder, tanto quantitativamente como qualitativamente, às exigências da economia e às necessidades da sociedade;
- Desenvolver programas de alfabetização para adultos;
- Melhorar a gestão do sistema educativo através duma eficaz distribuição de recursos e da adopção de medidas para transformar os recursos em resultados para os alunos;
- Promover a igualdade entre os sexos, áreas residenciais e *status* social;
- Aumentar a participação do sector privado, principalmente nos níveis do ensino secundário e superior;
- Melhorar as condições de saúde e segurança e desenvolver atitudes de boa cidadania com vista a manter a paz.

## 2.2 O Plano do Sector Educativo

**A CPE lançou as bases para o desenvolvimento do Plano do Sector Educativo intercalar para três anos (2011-2013)**, aprovado pelo Conselho de Ministros a 3 de Setembro de 2010, e apoiado pelo Grupo de Educação (GEL) em 8 de Setembro de 2010. A preparação do PSE teve um longo período de consultas a nível nacional, e juntou vários interessados no sector. Por isso, o Plano reflecte os pontos de vista, tanto dos parceiros nacionais como internacionais e há um forte consenso em torno das questões principais e das políticas propostas.

**Os objectivos do PSE estão alinhados com os do Programa de Apoio à Redução da Pobreza (PARP).** O terceiro pilar do PARP prevê um aumento do acesso aos serviços sociais e às infra-estruturas básicas. Os objectivos principais da educação são a construção do capital humano necessário para um crescimento económico sustentado, a promoção da formação técnica e profissional para ir de encontro às exigências da economia baseada em mão de obra qualificada e capacitar comunidades pobres através duma melhor educação e formação. O objectivo principal do PSE é concretizar o ensino universal primário (EUP) com uma melhoria da qualidade dos serviços. Assim, o projecto contribuirá para a consecução dos dois MDGs relacionados com duas vertentes educacionais até 2020 (conclusão de um ensino primário universal de qualidade e paridade de géneros no ensino primário).

**O PSE é um instrumento operacional intercalar para implementar políticas e intervenções e destinado a fazer face às necessidades críticas e urgentes do sector.** A urgência em reconstruir o sistema educativo, o contexto da fragilidade do Estado e a falta de dados fiáveis e consistentes no sector foram os principais entraves ao desenvolvimento de um plano educativo a longo prazo. O principal objectivo do Plano é preparar o terreno para intervenções a longo prazo no futuro, através da construção de salas de aula para aumentar o acesso e reduzir o regime de turnos múltiplos, aumentar a capacidade do país para formar professores e melhorar a gestão do sector, particularmente a gestão dos recursos humanos. Um Plano para 10 anos já totalmente amadurecido será criado em 2014.

**O orçamento previsto para a implementação do Plano Intercalar para o período 2012-2014 é de US\$71.33 milhões (34,239 milhões XOF)**, incluindo os salários dos professores (ver tabela 7), dos quais US\$ 47.2 são para o ensino primário. O défice financeiro

previsto para o ensino primário para o período 2012-2014 é de US\$27.6 milhões. A contribuição dos doadores ronda os US\$9 milhões. O défice financeiro líquido (quando contabilizada a contribuição dos doadores) é de US\$18.6 milhões.

**Tabela 7: Resumo dos custos do PSE, 2012-2014**

Nível de Ensino	Objectivos	XOF (Milh)	US\$ (Milh)	%
1. Pré-primário	1. Aumentar o acesso ao ensino pré-primário	432.00	0.90	1.26%
	2. Melhorar os padrões do ensino pré-primário	286.00	0.60	0.84%
<b>Sub-Total</b>		<b>718.00</b>	<b>1.50</b>	<b>2.10%</b>
2. Básico	1. Aumentar o acesso ao ensino básico e níveis de repetências nos ciclos 1 e 2 do ensino básico	10,056.00	20.95	29.37%
	2. Melhorar os padrões dos ciclos 1 e 2 do ensino básico	6,675.00	13.91	19.49%
	3. Aumentar o acesso ao ciclo 3 do ensino básico	3,626.00	7.55	10.59%
	4. Melhorar os padrões do ciclo 3 do ensino básico	2,297.00	4.79	6.71%
<b>Sub-Total</b>		<b>22,654.00</b>	<b>47.20</b>	<b>66.16%</b>
3. Ensino Secundário	Melhorar os padrões no ensino secundário	1,844.00	3.84	5.39%
	Reorganizar o ensino secundário	79.90	0.17	0.23%
<b>Sub-Total</b>		<b>1,923.90</b>	<b>4.01</b>	<b>5.62%</b>
4. Ensino Técnico e Formação Profissional (ETFP)	Criar uma visão para o ETFP	165.50	0.34	0.48%
	Melhorar os padrões do ETFP	1,011.70	2.11	2.95%
	Desenvolver e diversificar as iniciativas do ETFP	572.60	1.19	1.67%
<b>Sub-Total</b>		<b>1,749.80</b>	<b>3.65</b>	<b>5.11%</b>
5. Ensino Superior e Investigação Científica	Aumentar a eficácia interna e externa do ensino superior	3,445.50	7.18	10.06%
	Promover a investigação científica	181.20	0.38	0.53%
<b>Sub-Total</b>		<b>3,626.70</b>	<b>7.56</b>	<b>10.59%</b>
6. Alfabetização e Ensino Informal	Promover programas de alfabetização	86.30	0.18	0.25%
	Criação de um programa nacional de alfabetização	1,019.40	2.12	2.98%
<b>Sub-Total</b>		<b>1,105.70</b>	<b>2.30</b>	<b>3.23%</b>
7. Gestão e Direcção	Melhorar a gestão dos recursos humanos	143.00	0.30	0.42%
	Melhorar a gestão educativa	320.00	0.67	0.93%
	Melhorar a gestão administrativa e financeira	1,340.00	2.79	3.91%
	Gestão do programa sectorial	536.00	1.12	1.57%
<b>Sub-Total</b>		<b>2,339.00</b>	<b>4.87</b>	<b>6.83%</b>
8. Questões Transversais	Melhorar a educação das raparigas; promover o sector do ensino privado; melhorar a saúde escolar e a segurança; desporto e lazer.	122.60	0.26	0.36%
<b>Sub-Total</b>		<b>122.60</b>	<b>0.26</b>	<b>0,36%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>34,239.70</b>	<b>71.33</b>	<b>100.00%</b>

## 2.3 Opções Estratégicas para a Consecução dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento

**A Guiné-Bissau não será capaz de alcançar o ensino primário universal antes de 2020.** Dado o estado actual dos resultados da educação e das tendências esperadas para os próximos anos, precisam de ser realizados esforços concertados para a obtenção do ensino primário universal. O modelo de estímulo financeiro indica que a meta do ensino primário universal não será alcançada antes de 2020.

**Tabela 8: Quadro Indicativo da FTI (Fast Track Initiative – Iniciativa Acelerada de Educação para Todos): Valores de Referência para a Guiné-Bissau**

Mobilização de Recursos	Quadro Indicativo	Valor 2010	Valor alvo		Observações
			2015	2020	
Receita pública em % do PIB	14 - 18	10,3	18	18	
Despesas públicas recorrentes com a educação (como percentual de todas as despesas recorrentes)	20	13	15	20	
Despesa nacional recorrente no ensino básico (como % da despesa recorrente com a educação)	50	55.2	59	54	Boa afectação intra-sectorial
<b>Indicadores de Fluxo</b>					
% da faixa etária importante que inicia o primeiro ano do ensino básico	100	118	100	100	Taxa superior a 100%, devido a inscrições múltiplas. Probabilidades do acesso à escola: 76% em 2010.
% da faixa etária importante que chega ao 6º ano do ensino básico	100	40	62	100	Frequência actual demasiado baixa para alcançar 100% até 2015.
% repetências no ensino básico	10	14	10	10	Taxa de repetências ainda alta em 2010
<b>Indicadores do Serviço Educativo</b>					
Proporção professor/aluno no ensino básico público	40	51	46	44	
Salário médio dos professores	3.5	2.8	3.1	3.5	
Outras despesas recorrentes além dos salários dos professores (como % das despesas recorrentes totais)	33	7	20	25	
Percentagem de estudantes matriculados no ensino básico privado	10	11.53	10.5	10	% de alunos matriculados no ensino público: 77%, os restantes (15%) matriculados maioritariamente em escolas comunitárias e madraças.
Horas lectivas anuais totais	850 – 1,000				
Custo da construção de uma sala de aula equipada	8,000	13,500	12,000	12,000	Valores em Dólares dos EUA

**As políticas de intervenção centrar-se-ão no ensino básico.** Embora o PSE faça a cobertura de todos os níveis de ensino, o enfoque centrar-se-á no ensino básico, para garantir que são feitas as intervenções correctas na direcção do ensino primário universal. No ensino básico, a ênfase será colocada na escolaridade das raparigas, uma vez que a taxa de conclusão das raparigas (54.8 por cento) é inferior à média nacional (61.8 por cento). Isto será conseguido, tanto através das intervenções do lado da oferta (construir salas de aula para colocar as escolas mais perto da residência das raparigas) como das intervenções do lado da procura (por exemplo, campanhas de sensibilização para encorajar os pais a matricular e a manter as raparigas na escola).

**Estratégias para que os padrões de qualidade incluam o fornecimento de manuais escolares grátis às escolas e na formação de professores.** Será lançado um sistema de avaliação da aprendizagem dos alunos. Ao mesmo tempo, serão realizados vários estudos para ajudar a delinear as opções políticas para o Plano de 10 anos do Sector, 2014-2023. Incluem estudos sobre a Educação e o HIV/SIDA para ajudar a desenvolver e implementar uma estratégia relativa ao HIV/SIDA no sector da educação, a língua de instrução, inclusive do ensino, e ensino pré-primário.

## **2.4 Das Políticas à Acção**

### **2.4.1 Justificativa para o Pedido Financeiro**

**Como estado frágil, a Guiné-Bissau enfrenta desafios assustadores no sector do desenvolvimento.** Dado o fraco nível de mobilização dos recursos domésticos e o pequeno número de doadores activos no sector da educação, as graves necessidades não podem ser resolvidas sem um forte apoio financeiro externo. O Pedido Financeiro para que os recursos do GPEF (PGE – Parceria Global para a Educação) financiem o Projecto proposto, destina-se agora a estabilizar e reconstruir o sistema educativo na Guiné-Bissau. É impulsionado pela necessidade que a Guiné-Bissau tem de alcançar os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, principalmente aqueles relacionados com a conclusão de um ensino primário universal. Está também baseado na necessidade de aumentar a capacidade do Governo na área da gestão e da governação e na ajuda para mobilizar recursos para além mobilizados pelos parceiros no desenvolvimento. O GPEF (PGE – Parceria Global para a Educação) vai, assim, ao longo dos próximos três anos, complementar os recursos actuais fornecidos através de diferentes canais para colmatar o défice financeiro existente.

**Este é o primeiro Pedido Financeiro ao GPEF (PGE – Parceria Global para a Educação) para atender às necessidades urgentes do país a curto prazo.** Serão precisos recursos adicionais para financiar o PSE. Enquanto as intervenções do projecto têm um impacto significativo na satisfação das necessidades urgentes para reformar o sistema de ensino e ajudar a estabelecer a capacidade institucional para um maior desenvolvimento do sistema, há necessidades substancialmente maiores que não podem ser abordadas por causa dos recursos limitados e fraca capacidade. Os US\$12.0 milhões do GPEF (PGE – Parceria Global para a Educação) farão a cobertura aproximada de 43 por cento do défice financeiro e centrar-se-ão basicamente no ensino básico. As contribuições de outros doadores durante o mesmo período são de US\$9 milhões. O Governo está a trabalhar com todos os parceiros de desenvolvimento para continuar os esforços para mobilizar recursos adicionais para financiar o PSE. O Governo comprometeu-se também a aumentar a parcela do orçamento para a educação, dos actuais 11 por cento para 15 por cento, até 2015, tirando vantagem das poupanças esperadas após a introdução do país na lista dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC- PPAE) em Dezembro de 2010, bem como com as poupanças

antecipadas relativas à reforma em curso da administração, e com a esperada diminuição dos níveis de recursos atribuídos às forças de segurança.

**Tabela 9: Compromisso dos Doadores para os Próximos Três Anos<sup>14</sup>**

<b>Total Educação (Dólares EUA)</b>		
<b>2011-2012</b>	<b>2012-2013</b>	<b>2013-2014</b>
7,40	7,79	7,55

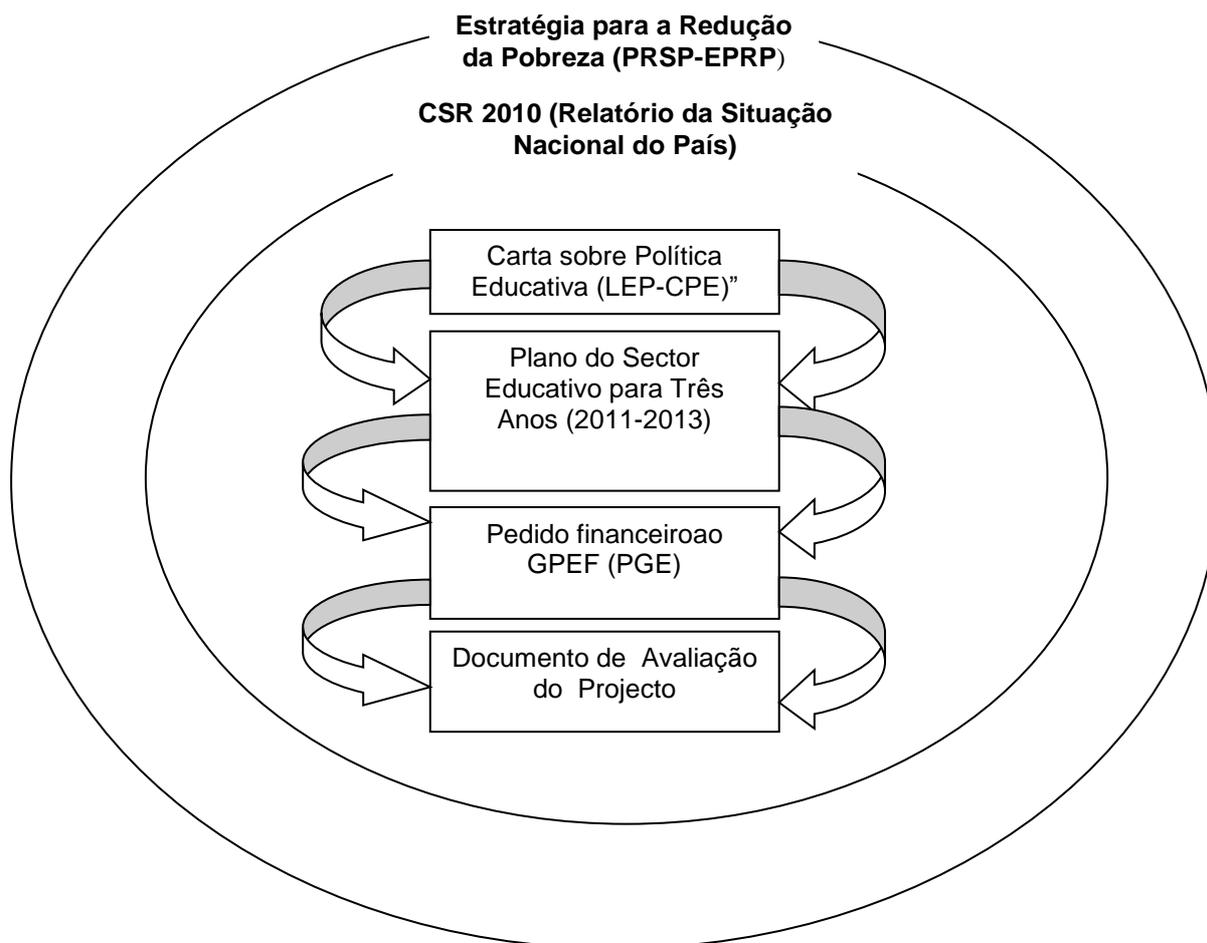
**Agências para o Desenvolvimento activas neste sector apoiam a candidatura ao GPEF (PGE-Parceria Global para a Educação) e aprovam o seu conteúdo.** As agências principais para o desenvolvimento no sector da educação incluem a UNICEF, a UE, AfDB, Portugal, Plano Internacional, Parceria Internacional para o Desenvolvimento Humano (IPHD- PIDH), e o Programa Alimentar Mundial (WFP-PAM). As agências mobilizaram-se fortemente em torno da EFA-FTI (Iniciativa Acelerada de Educação para Todos – IAET) e deram um grande apoio técnico e financeiro ao Governo na preparação na Carta de Política Educativa e no Plano do Sector Educativo.

#### **2.4.2 Modalidades de Implementação**

**O Pedido Financeiro será implementado como um Projecto de investimento.** O Grupo de Educação Local (LEG-GEL)), que inclui o Governo, Agências para o Desenvolvimento, e organizações da Sociedade Civil, decidiu que o Banco Mundial será a Entidade Supervisora (SE-ES) para os Fundos do GPEF (PGE) e que o GPEF-PGE seria implementado como um investimento do Projecto do sector. A escolha do Banco Mundial como ES baseia-se no reconhecimento da sua experiência passada no sector da educação na Guiné-Bissau e, mais amplamente, por causa da sua experiência no apoio aos programas da EFA-FTI em muitos países e cujos ensinamentos podem ser úteis para a Guiné-Bissau. Nesse papel, o Banco Mundial trabalhou de muito perto com o Governo, o GEL e outras partes interessadas na preparação do Projecto e foi elaborado um Documento de Avaliação do Projecto (PAD-DAP) de acordo com os procedimentos do Banco Mundial. O Banco Mundial continuará a assegurar uma estreita colaboração com todos os parceiros durante a implementação sob a liderança da Agência Coordenadora (UNICEF).

<sup>14</sup> Estes dados podem ser uma projecção optimista, uma vez que são baseados na informação fornecida pelo GEL-membro das agências em Abril 2011. Não há mais nenhuma informação disponível sobre o compromisso nesta altura. O compromisso relativo ao ensino básico para o mesmo período é de US\$ 9 milhões.

**Quadro 6: Quadro das Políticas Sectoriais e da Relação entre a Política e os Instrumentos Operacionais**



**O Ministério da Educação será a instituição do Governo responsável pela implementação global do Projecto.** As diferentes direcções e serviços do Ministério da Educação a nível central e a nível descentralizado participarão directamente na implementação de actividades relacionadas com as suas respectivas funções. A supervisão do programa será assegurada por um Comité de Gestão (CG), presidido pelo Ministro da Educação e constituído por representantes dos vários serviços do ME, bem como do Ministério das Finanças, agências de implementação, ONGs, Associações de Pais e Sindicatos. O CG reunirá, pelo menos, duas vezes por ano. O CG fará a revisão e adoptará um Plano Anual de Acção (PAA -AAP) com todas as actividades a serem implementadas durante o ano.

**A nível técnico, serão implementadas duas entidades: O Comité de Coordenação (CC) e a Unidade para a Implementação do Projecto (UIP-PIU- *Project Implementation Unit*).** O CC será o secretariado técnico do CG e será presidido pelo Gabinete de Estatística e

Planeamento do Sistema Educativo (GIPASE) do ME. Os seus membros estarão comprometidos com o chefe da PIU (UIP) e com as unidades chave do ME a serem designadas pelo Ministro da Educação. O seu principal papel será coordenar tecnicamente e supervisionar a implementação do PAA (AAP) e aconselhar e dar recomendações ao CG. A UIP (PIU) ficará sediado no ME, sob a supervisão directa do Ministro da Educação, a fim de apoiar o trabalho fiduciário e administrativo e facilitar a comunicação e a coordenação entre os vários participantes na implementação do projecto.

**A implementação do programa de construção será dividida entre o Ministério da Educação e uma agência de implementação.** Dada a capacidade limitada do Ministério da Educação em implementar todos os aspectos deste programa, a implementação de parte do programa de construção será delegada numa agência de gestão de contratos. A Agência Nacional para a Implementação das Obras Públicas (AGEOPPE) foi escolhida como agência de gestão de contratos. A AGEOPPE é uma agência autónoma do Governo com experiência na gestão de programas de grandes construções. A gestão da construção das três faculdades de formação de professores será delegada na AGEOPPE. A construção de salas de aula e latrinas será gerida pelo Ministério da Educação. A implementação das actividades com componente de qualidade será maioritariamente assegurada pelo Ministério da Educação através dos seus vários departamentos. O Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação (INDE), em particular, será responsável pela coordenação e gestão das actividades da formação de professores, pela revisão do currículo e desenvolvimento e selecção dos manuais. O INDE tem uma vasta experiência na gestão de actividades de formação de professores e, actualmente, está a implementar programas de formação de professores financiados pela UNICEF e UNESCO. O projecto irá financiar a assistência técnica para reforçar a capacidade do INDE na gestão das actividades de formação de professores.

**A implementação da sub-componente relativa aos manuais será delegada na UNICEF** com base num Acordo a ser assinado com o Governo. A UNICEF Bissau foi escolhida para gerir esta sub-componente, devido à sua experiência já provada na gestão do processo de aquisição e distribuição dos manuais na Guiné-Bissau. Um Projecto da Implementação do Manual (PIM) - *A Project Implementation Manual - PIM* será preparado pelo Governo antes da eficácia do projecto. O ME concentrar-se-á nas suas funções essenciais e passará a beneficiar da capacidade de intervenção e de construção.

**As actividades do desenvolvimento das capacidades previstas no projecto serão implementadas pelo ME.** Dois especialistas internacionais na assistência técnica serão recrutados e colocados no departamento de Recursos Humanos e no Departamento Administrativo e Financeiro do ME para auxiliar na capacitação e desenvolvimento institucional.

**O Banco Mundial, na sua capacidade de Entidade Supervisora, fará juntamente com o Ministério da Educação, um relatório sobre os progressos feitos na implementação do Projecto.** Os progressos na implementação do projecto serão avaliados durante as revisões conjuntas do sector do PSE. O Governo organizará revisões anuais conjuntas para avaliar os progressos feitos na implementação do PSE e do Projecto. Para além da revisão conjunta, será organizada anualmente uma outra missão de supervisão do Banco Mundial em colaboração com o GEL, seis meses após a revisão conjunta, a fim de monitorizar os progressos. Os relatórios sobre os progressos serão preparados pelo ME para as reuniões conjuntas e serão apresentados ao Banco e à Agência de Coordenadora, pelo menos, duas semanas antes da revisão. As revisões envolverão todos os interessados, incluindo o ME, ministérios parceiros, parceiros financeiros, técnicos e sociais no sector da educação, sindicatos de professores, associações de pais e comunidades. As revisões finalizarão com recomendações e medidas a tomar para rectificar fraquezas observadas.

**Será realizada em meados de 2013 uma revisão intercalar do Projecto, para avaliar o progresso global da implementação do Projecto, actualizar o quadro de monitorização, sempre que necessário, rever a afectação através das componentes, reavaliar os riscos e propor medidas correctivas para assegurar a realização dos objectivos para o desenvolvimento do projecto.**

O cronograma de revisão é apresentado na tabela abaixo:

**Tabela 10: Período de Implementação do Projecto: Janeiro 2012 – Dezembro 2014**

	Tempo	Tipo de Revisão	Documentação exigida
Eficácia	Fevereiro de 2012	n/a	
Missão supervisora do BM	Março de 2012	Progressos na implementação	Relatório semi-anual sobre os progressos
1ª revisão	Setembro de 2012	Revisão anual	Relatório anual sobre os progressos
Missão supervisora do BM	Março de 2013	Progressos na implementação	Relatório semi-anual sobre os progressos
2ª revisão	Setembro de 2013	Revisão intercalar	Relatório anual sobre os progressos, Artigos de Opinião, nota MTR
Missão supervisora do BM	Março de 2014	Progressos na implementação	Relatório semi-anual sobre os progressos
3ª revisão	Setembro de 2014	Revisão anual	Relatório anual sobre os progressos
Relatório final	Março de 2015	Relatório final sobre a implementação	Ante-projecto do relatório final

**A UNICEF, como Agência Coordenadora, irá assegurar que existe uma forte coordenação entre os parceiros doadores e o Governo no apoio à implementação do PSE. Continuará também a trabalhar junto com o Ministério da Educação e outros parceiros para assegurar uma coordenação adequada na implementação do Plano do Sector Educativo como um todo.**

### **2.4.3 O Alcance do Pedido Financeiro**

A Tabela 11 abaixo mostra a contribuição esperada do (GPEF) relativo à implementação do Plano do Sector Educativo

**Tabela 11: Contribuição esperada do (GPEF) para a Implementação do Plano do Sector Educativo**

<b>Estratégias Específicas e Objectivos do Plano do Sector Educativo</b>	<b>Componentes/sub-componentes relacionados com o projecto</b>
<b>Educação Infantil</b>	
Reforçar as escolas comunitárias	
Duplicar a capacidade das escolas públicas	
Encorajar o desenvolvimento das escolas privadas	
<b>Ensino Básico</b>	
Alcançar o ensino básico universal	1, 2, 3
Melhorar os níveis de retenção e a paridade, estimulando a procura por parte de grupos vulneráveis	1.1
Aumentar a oferta de instalações escolares para expandir o sistema e reduzir os turnos	1.1

múltiplos	
Fornecer incentivos ao sector privado através de subsídios	
Melhorar a qualidade do ensino através da distribuição de manuais e kits de material pedagógico e implementar medidas para os professores terem mais tempo para as suas tarefas	2.1 e 2.2
Criar um novo sistema de recrutamento de professores e de políticas de formação para expandir o sistema	2.2
Criar um serviço de formação contínua dos professores	2.2
Implementar medidas pedagógicas e administrativas para reduzir as repetências	2.2
Criar um sistema nacional de avaliação	3.2
<b>Ensino Secundário</b>	
Construir infra-estruturas escolares para uma expansão moderada do sistema	
Melhorar os níveis de retenção e paridade, estimulando a procura por parte de grupos mais vulneráveis	
Melhorar a qualidade do ensino através da distribuição de manuais e kits de material pedagógico e implementar medidas para os professores terem mais tempo para as suas tarefas	
Criar um novo sistema de recrutamento de professores e de políticas de formação para expandir o sistema	2.2
Criar um serviço de formação contínua dos professores	
Criar um sistema nacional de avaliação	
Introduzir um grau suplementar (12ª ano) no ensino básico	
<b>Ensino Técnico e Profissional</b>	
Criar e reforçar novas estruturas para formação profissional a curto prazo, em parceria com organizações profissionais e organizações da sociedade civil	
<b>Ensino Superior</b>	
Racionalização da oferta no ensino superior de acordo com as necessidades e as capacidades do país	
Encorajar o desenvolvimento do sector privado	
Financiar bolsas para os melhores estudantes de famílias pobres	
Desenvolver cursos de formação à distância	
Aumentar os fundos para a investigação	

Fonte: Plano para o Sector Educativo

O Pedido Financeiro ao GPEF fará a cobertura das despesas seguintes:

**Tabela 12: Actividades propostas a serem Financiadas pelo GPEF (PGE)**

Actividades	Custos (US\$ milhões)	Peso relativo (%)
Construção de escolas	4.0	33.3
Manuais e revisão curricular	2.0	16.7
Pré-serviço e formação contínua de professores	2.7	22.5
Capacidade de desenvolvimento	1.7	14.1
Estudos sectoriais e actividades piloto	0.2	1.7
Gestão do Projecto	1.2	10.0
Constrangimentos	0.2	1.7
<b>Total</b>	<b>12.0</b>	<b>100,00%</b>

**As actividades foram escolhidas para assegurar o máximo impacto a curto prazo.** A escolha de actividades incluídas neste Pedido Financeiro foi baseada na necessidade de criar um impacto máximo no sistema educativo. Espera-se que os resultados destas intervenções estabeleçam bases sólidas para um nível muito maior de investimentos no futuro. A escolha teve também em conta a capacidade de implementação do país e as intervenções em curso e/ou esperadas de outros doadores. Vale a pena mencionar que as actividades propostas podem ser realizadas independentemente, uma vez que nenhuma delas depende da implementação da outra.

**Os custos são baseados no custo unitário dos inputs exigidos para cada actividade.** Os custos unitários utilizados para este programa são montantes fixos que incluem tudo o que é necessário para esta actividade específica. Por exemplo, os custos de uma sala de aula incluem os custos de salas de aula equipadas (com carteiras e mesas) e os custos da supervisão dos trabalhos; os custos da formação incluem ajudas de custo, subsídios de formação e o pagamento dos estagiários. Estes são custos médios e foram calculados pelo cruzamento de várias fontes (ME, ONGs e parceiros na implementação) na Guiné-Bissau.

### **3. OBJECTIVOS DO PROJECTO E DESCRIÇÃO**

O objectivo principal do Projecto é melhorar a aprendizagem e o ambiente do ensino no ensino básico na Guiné-Bissau.

**O Projecto centrar-se-á numa intervenção a curto prazo, a fim de corrigir as lacunas críticas no sector,** enquanto estabelece as bases para um desenvolvimento mais sustentável a longo prazo no sector da educação. Assim, o melhoramento esperado da aprendizagem e do ambiente de ensino significam uma melhor infra-estrutura escolar, manuais escolares disponíveis na sala de aula e professores com formação. Intervenções seleccionadas são simples e directas, e devem estar concluídas num curto período de tempo (três anos). O objectivo é ter o sistema a funcionar com níveis mínimos aceitáveis de qualidade e eficiência. Portanto, não devem ter grandes expectativas que questões técnicas e pedagógicas sejam tratadas no projecto. Por exemplo, algumas das medidas relacionadas com o ensino de vários níveis e apoio para reduzir as repetências podem ser muito desafiadoras para serem lançadas em grande escala, quando as questões básicas da gestão de professores não estão resolvidas.

Este projecto terá três componentes

#### **Componente 1: Maior Disponibilidade de Infra-Estruturas Escolares e Instalações Adequadas (US\$4.0 milhões)**

Esta componente tem uma só sub-componente. Apoiará a construção e equipamento das salas de aula e outras instalações relacionadas (latrinas). Mais especificamente, apoiará a construção e o equipamento de cerca de 201 salas de aula (50 salas de aula no ano 1; 76 salas de aula no ano 2; e 75 salas de aula no ano 3) para ajudar a melhorar a cobertura do ensino básico, principalmente nas áreas rurais, e aumentar a proporção de escolas que oferecem o curso completo do ensino básico (níveis 1-6), e reduzir o número de salas de aula com materiais facilmente degradáveis. Todas as salas de aula serão construídas em escolas já existentes. Cerca de 30 por cento das novas salas de aula, ou 60 salas de aula, substituirão salas de aula feitas com materiais facilmente degradáveis. As restantes 141 salas de aula irão expandir a capacidade das escolas seleccionadas.

## **Componente 2: Maior Disponibilidade dos Recursos de Aprendizagem (US\$4.7 milhões)**

O objectivo desta componente é melhorar a qualidade do ensino nos três ciclos do ensino básico. Esta componente terá as duas sub-componentes que se seguem:

Sub-componente 2.1 apoiará uma maior oferta de material didáctico através: i) do financiamento dos custos da reimpressão de manuais para o primeiro e segundo ciclos do ensino básico (cerca de 3000,000 estudantes). Os manuais para estes ciclos já existem e podem ser facilmente reimpressos;<sup>15</sup> ii) e ii) a revisão do primeiro ciclo do ensino básico; e

Sub-componente 2.2 apoiará o pré-serviço e a formação contínua de professores incluindo a expansão da capacidade das escolas de formação de professores através da construção de três novas escolas de formação de professores no Norte, Leste e Sul do país.

## **Componente 3: Reforço da Capacidade de Gestão (US\$3.1 milhões)**

O objectivo desta componente é assegurar um normal e bom funcionamento do sistema educativo, reforçando a capacidade de gestão do Ministério da Educação.

Sub-componente 3.1 apoiará a capacidade de desenvolvimento de estruturas centrais e descentralizadas, através (a) de uma melhor definição do papel e das funções destas estruturas, especialmente aquelas relacionadas com a gestão fiduciária; (b) da contratação de aproximadamente 60 jovens profissionais para preencher vagas no ME; (c) da formação chave do pessoal da acção educativa de diferentes níveis; (d) do relançamento do sistema de gestão dos professores centrado na contratação de professores contratuais; e (e) melhoria das funções de monitorização e avaliação do ME, reforçando o Sistema de Gestão da Informação e estabelecendo um sistema de avaliação da aprendizagem.

Sub-componente 3.2 financiará a implementação de estudos sectoriais seleccionados necessários à preparação de um Plano do Sector da Educação para 10 anos (2014-2024), incluindo a preparação de estudos e estratégias para a educação pré-escolar, inclusive uma estratégia educacional, técnica e vocacional, políticas e estratégias para o HIV/SIDA, bem como o desenvolvimento de um sistema de avaliação dos alunos no ensino básico. A sub-componente apoiará também a implementação de uma estratégia de comunicação do ME.

Sub-componente 3.3 cobrirá os custos associados à gestão do projecto. Por causa da capacidade institucional limitada do ME, será criada uma PIU para apoiar a implementação do projecto. A médio prazo, espera-se que os jovens profissionais tragam os conhecimentos esperados para o sector, mas para já ainda precisam de formação e orientação.

## **4. SUSTENTABILIDADE DAS INTERVENÇÕES PROPOSTAS**

**A sustentabilidade das intervenções propostas é assegurada pelo seu forte vínculo ao Plano Sectorial Educativo do Governo, 2011-2013**, cuja implementação irá apoiar. Os documentos de referência, incluindo o CSR, o modelo de simulação financeira para um ensino básico universal e o modelo de enquadramento financeiro preparado e aprovado pelo Governo, fornecem também uma forte base técnica sobre a qual o projecto foi desenvolvido.

**O Governo demonstrou um compromisso com este projecto ao preparar um Plano Sectorial Educativo para três anos, e ao associar várias partes interessadas à preparação e implementação do Plano.** O projecto foi concebido para ser uma operação a

<sup>15</sup> A UNICEF e o Plano Internacional forneceram recursos para imprimir e distribuir manuais a todos os estudantes do ensino básico dos anos 1 e 2 para os anos lectivos 2010/2011 e 2011/2012. Estes manuais foram criados pelo INDE e *Editora Escolar*, mas não foram reimpressos desde 2004 devido à falta de recursos financeiros. O projecto apoiará a impressão para dos mesmos manuais para os anos lectivos 2012/2013 e 2013/2014.

curto prazo que serve como base para criar condições a médio e longo prazo para investimentos futuros no sector da educação. O projecto promove, explicitamente, uma sustentabilidade a longo prazo: (a) ao melhorar a capacidade do ME de gerir melhor os seus recursos humanos e financeiros; (b) ao ajudar a melhorar uma escassez crítica na contratação e gestão de professores; (c) ao desenvolver a capacidade de planificação e avaliação do ME; (d) ao dar apoio técnico e financeiro à eficaz produção e distribuição dos manuais para uso nas escolas; e (e) ao provocar o apoio dos pais e das comunidades para expandir e melhorar o ensino básico.

**O Projecto proposto é tecnicamente directo e concebido de acordo com as limitações encontradas no terreno, bem como com as limitações a nível político e ambiental.** A implementação do projecto usa mecanismos existentes onde é possível e capacidade de construção, sempre que necessário, para reduzir os riscos que possam dificultar a conclusão de um projecto de sucesso. Os riscos detectados podem ser geridos e foram postas em prática medidas mitigadoras. Foi apresentado um resumo dos riscos e das medidas mitigadoras ao Quadro Operacional de Avaliação de Riscos no Anexo 4 do PAD. Nas avaliações IDA os potenciais benefícios da operação proposta superam os riscos e garantem a assistência da EFA-FTI para a implementação de actividades críticas em coordenação com outros parceiros no desenvolvimento, enquanto apoiam as medidas mitigadoras de riscos para potenciar a implementação do projecto em tempo útil.

**A carga fiscal para sustentabilidade é modesta.** As 201 salas de aula previstas serão construídas em escolas já existentes, tirando, assim, partido do pessoal já existente. Novos professores terão de ser recrutados a uma média de 430 por ano. O empenho do Governo em aumentar a parte das despesas da educação pública dos actuais 13 por cento para 15 por cento até 2015, ajudará a absorver aquelas despesas adicionais. Ao mesmo tempo, a esperada redução no número de professores contratados como resultado de um melhor sistema de gestão de professores, levará a poupanças no sistema.

**O programa dos jovens profissionais é financeiramente sustentável.** A contratação antecipada de 60 jovens profissionais para preencher as vagas no ME implicará um custo aproximado de US\$540,000 ao longo dos três anos do Projecto. No fim do Projecto, em 2014, jovens profissionais de sucesso serão elegíveis para cargos na função pública e para entrar como pessoal na folha de pagamentos do ME. Os actuais custos de incrementação para este novo pessoal seriam mínimos, uma vez que a maior parte iria preencher as vagas existentes com salários mais baixos, dado que estariam no início da carreira. Espera-se que o aumento antecipado da parte do orçamento do Governo canalizada para a educação seja suficiente para absorver qualquer aumento das despesas relacionadas com o novo pessoal.

## **5. OBSERVAÇÕES FINAIS**

**A parceria EFA-FTI na Guiné-Bissau mobilizou grande empenho e esforços** por parte do Governo, agências de desenvolvimento e outras partes interessadas. Os pontos fortes do processo foram a liderança do Governo, a coordenação dos doadores e o grande envolvimento de várias partes interessadas. As expectativas, em relação ao apoio para a implementação do PSE, são altas.

**Como país órfão de ajuda, a Guiné-Bissau é incapaz de colmatar a lacuna financeira e responder às necessidades urgentes do seu sistema de ensino sem um forte apoio financeiro do GPEF.** Este Pedido Financeiro não cobre a totalidade das necessidades do sistema. Mas será um bom pontapé de saída para ajudar a manter o momento e alavancar recursos internos e internacionais para o sector. Foi calibrado, tanto em termos do seu alcance

como em termos de implementação, de modo a ter em conta a capacidade do país, a fim de assegurar um desembolso rápido e eficaz dos fundos.

A UNICEF, como Agência Coordenadora, e o Banco Mundial, como Entidade Supervisora, continuarão a trabalhar de muito perto com o Governo, a fim de assegurar que o GPEF é implementado com sucesso e faz uma diferença positiva nas vidas de milhares de crianças Guineenses, que irão beneficiar do Projecto.

**ANEXO 1: Formulário Informativo do FTI – GUINÉ- BISSAU-**

**Formulário Informativo da FTI**

**GUINÉ- BISSAU**

**Antecedentes do país**

	Ano	Valor
População total (milhões)	2009	1, 520,000
PIB per capita (US\$)	2010	504

**1. Indicadores Educativos**

**Mobilização de recursos**

	Valores actuais				Alvos	
	2007	2008	2009	2010	2015	2020
Despesas de Educação em % GDP	1,3%	1,3%	1,3%	1.3%	2.2%	2,7%
Orçamento para a Educação	12%	11%	11%	13%	15.0%	20.0%
Fatia do orçamento da Educação para o E.B. %	58%	70%	70%	75%	52%	50%
% dos recursos do orçamento do E.B. para despesas salariais de pessoal não docente	14%	15%	12%	19.6%	41.1%	34.8%

**Fluxo de estudantes**  
(Ensino Básico)

Taxa Bruta de Admissão (TBA)	118%	125%	138%	149.7%	127.1%	100%
TBA de raparigas				147.7%	125.0%	100%
Taxa de Conclusão do E.P. (TCP)	40.3%	52.4%	58.6%	61.8%	70.0%	100%
TCP de raparigas				54.8%	65.8%	100%
Taxa de reprovações	18.7%	17,5%	15,4%	14.0%	10%	10%
Inscrição de estudantes	269,28	270,15	273,45	278,668	316,154	354,44
Inscrição das raparigas	129,43	130,12	133,63	134,548	152,445	172,20

**Prestação de serviços**

Proporção professor/aluno	55	56	54	52.3	48	46
% de ensino privado	8.9	9.3	10.2	11.3	10	10
Horas lectivas anuais	-	-	-	450	600	720

**Observações**

**2. Doadores**

**Agência Líder de Coordenação**  
UNICEF

**Outros Doadores**

BANCO MUNDIAL, PORTUGAL, BRASIL, JAPÃO, ESPANHA, AfDB, ONGs

**3. Alinhamento & Harmonização da Ajuda**

Projecto de investimento

**Modalidade preferida para os doadores e modalidade mais alinhada em uso**

O GEL decidiu que o GPEF será implementado como um Projecto de investimento, e que o BM será a Entidade Supervisora (ES) do Fundo, em reconhecimento da sua experiência passada no sector da educação na Guiné-Bissau e da sua experiência em apoiar os programas da EFA-FTI em muitos países e cujas lições podem ser úteis para a Guiné-Bissau. Nesse papel, o BM trabalhou estreitamente com o Governo, o GEL e outras partes interessadas durante a preparação do projecto, e continuará a assegurar uma estreita colaboração com todos os parceiros durante a implementação, sob a liderança da UNICEF como Agência Coordenadora. O Governo porá em prática uma PIU para apoiar o Ministério da Educação na gestão fiduciária do Projecto.

### Justificação das Modalidades Preferidas

O projecto será implementado utilizando recursos de subvenções e seguindo as modalidades de uma operação de um Empréstimo de Investimentos Específicos (EIE) para três anos. O EIE é o veículo apropriado para esta operação por causa da situação do país e as intervenções propostas exigem financiamento específico, apoio e supervisão. O EIE tem também o benefício de facilitar entradas directas para as reformas do sector e de exercer influência sobre as instituições para procederem a reformas estratégicas no sector. Uma mudança para um apoio orçamental sectorial ou uma Ampla Abordagem Sectorial (AAS) não parece apropriado nesta fase, porque existem preocupações significativas sobre a governação e arranjos fiduciários no sector; e há muito poucos doadores no sector da educação na Guiné-Bissau para justificar uma abordagem da AAS (SWAP).

### 4. Coordenação dos Doadores

O Grupo de Educação Local (GEL) é relativamente recente na Guiné-Bissau, mas tem vindo a demonstrar uma boa dinâmica. Espera-se que a UNICEF continue a desempenhar o seu papel como Agência Coordenadora durante o período de três anos da implementação. Este papel irá evoluir para um maior apoio para a coordenação entre os doadores da GEL e o Governo para alinhar as intervenções dos parceiros com o PSE para três anos e para operacionalizar a participação de todas as partes interessadas no processo da EFA-FTI, principalmente ao:

- i) Assegurar que o Plano de Acção Anual seja apresentado atempadamente ao Comité de Direcção e aos parceiros de desenvolvimento e seja coerente com o PSE;
- ii) Fornecer provas recolhidas no terreno e vários estudos para informar sobre decisões estratégicas;
- iii) Produzir relatórios para as revisões anuais em tempo útil;
- iv) Assegurar a participação dos diferentes representantes das partes interessadas nas revisões anuais.

A UNICEF, como Agência Coordenadora, continuará a trabalhar com o Ministério da Educação e outros parceiros para assegurar uma contínua mobilização de recursos financeiros para apoiar o PSE.

### 5. Riscos e hipóteses associadas ao plano de sector

(incluindo sustentabilidade)

Foram identificados uma série de riscos na implementação do Projecto. Cada risco foi avaliado e foram propostas medidas mitigadoras. Os riscos detalhados e as respectivas acções mitigadoras são apresentadas no PAD. Os principais riscos são:

- **Risco:** A instabilidade política e financeira do país deixou um vazio, que foi preenchido directamente pelas actividades financeiras dos doadores a fim de assegurar alguma continuidade na prestação de serviços no sector.
- **Medidas Mitigadoras** - O projecto foi preparado dentro do enquadramento da EFA/FTI que promove a liderança do Governo na mobilização e coordenação na assistência aos doadores neste sector. Através deste mecanismo, todos os doadores aprovaram o PSE, com base no qual este Projecto foi criado e colaboraram muito de perto na preparação deste Projecto. Uma maior coordenação entre o Governo e os doadores evitará uma incompatibilidade entre as intervenções e o país e as prioridades do sector;
- **Risco:** O Ministério das Finanças mostrou-se relutante em pagar os salários em atraso dos professores, por causa de dúvidas em relação ao número de professores e quantias a serem pagas, dado o sistema não regulamentado de contratação de professores, o que levou à imprevisibilidade da folha de pagamentos. Assim, os sindicatos dos professores decretaram greves para forçar o pagamento destes salários em atraso, apesar das disputas sobre as quantias a serem pagas. Pensa-se que estas greves tiveram conotações/objectivos políticos.
- **Medidas Mitigadoras** – O ME, o MF e o Ministério da Administração Pública estão a trabalhar para estabelecer uma quantia de salários em atraso a serem pagos como base de negociação com os sindicatos dos professores. Uma vez o acordo alcançado, o governo compromete-se a pagar as quantias acordadas, enquanto põe em prática um novo sistema de gestão de professores. Mais recentemente, o Governo tem sido regular no pagamento de salários a todos os funcionários públicos e professores contratados.
- **Risco:** A prática tem sido a contratação não regulamentada de professores a nível de

escola/local, para assegurar o funcionamento adequado de escolas, especialmente em áreas rurais. A oposição destes grupos ao novo sistema de gestão advém de uma falta de confiança nas alterações propostas nos regulamentos, pois estas podem não garantir a disponibilidade dos professores em tempo útil. Estas propostas podem também ter a oposição de alguns funcionários, que exploravam o ambiente não regulamentado para obter rendimentos extras.

- **Medidas Mitigadoras** – O governo compromete-se a assegurar um fornecimento adequado de professores e tem mostrado esse compromisso ao manter actualizado o pagamento dos funcionários públicos e professores contratados na folha de pagamentos. O objectivo é assegurar a previsibilidade na folha de salários, estabelecendo um sistema de gestão com procedimentos claros para serem usados em todo o sistema. O ME publicou também um conjunto de regras em Maio de 2011 para melhor controlar o sistema de contratação dos professores.
- **Risco:** Pessoal inadequado e capacidade limitada do ME podem pôr em perigo a implementação do Projecto e correr o risco de uma fraca governação e o incumprimento do padrão e dos procedimentos aceitáveis/aceites.
- **Medidas Mitigadoras** – Será efectuada, com apoio técnico para cada fase de implementação, uma análise à falta de capacidade, e serão postos em prática procedimentos claros e mecanismos de monitorização envolvendo doadores e organizações da sociedade civil.
- **Risco:** Instituições nacionais fracas e um aumento do tráfico de droga põem em perigo o Estado de Direito e a segurança a todos os níveis. A falta de um enquadramento descentralizador e de um serviço público débil são riscos sobre o impacto do Projecto a nível local.
- **Medidas Mitigadoras** – A criação de projectos apoiados pelo Banco Mundial toma em consideração as limitações institucionais: as actividades são escolhidas selectivamente e olham com pouca consideração para a capacidade institucional limitada existente. Os Projectos do Banco Mundial promovem expectativas realistas para a mudança institucional. As Unidades de Implementação do Projecto são responsáveis pela gestão fiduciária na maioria dos investimentos, com forte capacidade de construção e apoio do gabinete do Banco Mundial em Dakar. Além disso, será fornecido um maior apoio à implementação pela equipa do Banco Mundial.
- **Risco:** Diferenças entre os objectivos do Governo e os PDOs podem levar a uma falta de compromisso para com os últimos e insucesso na implementação do Projecto, tal como foi concebido.
- **Medidas Mitigadoras** – O PDO apoia directamente o programa do sector apresentado pelo do Governo e os outros doadores estão totalmente empenhados.

## 6. Monitorização e Avaliação

A recolha de dados e a análise no sector não são conduzidas regularmente, levando a que a maioria das decisões seja tomada sem o apoio forte dos dados. A experiência mostra, no entanto, que a maioria das escolas recolhe dados, mas a cadeia da compilação de dados não é transmitida ao departamento central (GIPASE).

Os dados para os resultados do projecto e os resultados virão do GIPASE. O projecto apoiará a recolha de dados e fornecerá o GIPASE com equipamento básico (incluindo computadores e um gerador) para que este possa cumprir a sua função. Assistências técnicas a curto prazo serão contratadas para trabalhar com a equipa do GIPASE no tratamento e análise dos dados. O pessoal do GIPASE será também reforçado com jovens profissionais que beneficiarão de formação em áreas específicas (incluindo análise de dados e planeamento) no âmbito das actividades de construção.

Os progressos na implementação do projecto serão avaliados durante as revisões conjuntas do sector para avaliar a implementação do PSE. O Governo organizará revisões anuais conjuntas para avaliar os progressos feitos na implementação do PSE e a Qualidade para todo o Projecto Educativo. Além da revisão conjunta, será organizada anualmente pelo Banco Mundial uma outra supervisão em colaboração com o GEL, seis meses após da revisão conjunta a fim de monitorizar os progressos. Os relatórios sobre os progressos serão preparados pelo ME para as revisões conjuntas e apresentados ao

Banco e ao Doador Líder, pelo menos duas semanas antes da revisão. A revisão envolverá todos os interessados, incluindo o ME, ministérios parceiros, parceiros financeiros, técnicos e sociais do sector da educação, sindicatos dos professores, associações de pais e comunidades. As revisões farão recomendações e indicarão passos a tomar para rectificar as fraquezas observadas.

Uma revisão a médio prazo será conduzida em meados de 2013 para avaliar os progressos gerais na implementação do projecto, actualizar os resultados da monitorização sempre que necessário, rever a alocação das componentes, reavaliar os riscos e propor medidas correctivas para assegurar a concretização do desenvolvimento dos objectivos do projecto.

## **7. Avaliações<sup>16</sup>**

### **Fiduciárias**

#### **Aquisição e Gestão Financeira**

Aquisições para o Projecto proposto serão realizadas de acordo com as “Directrizes do Banco Mundial: Aquisições sob os Empréstimos IBRD e Créditos IDA” datadas de Maio 2004 e revistas em Maio 2010; e “Directrizes: Selecção e Contratação de Consultores pelos Mutuários do Banco Mundial”, datadas de Maio 2004, revistas em Maio 2010, e as disposições estipuladas no Acordo Financeiro.

As actividades de aquisição serão realizadas pela PIU, a ser criado dentro do ME. O ME delegará as operações de aquisição para construção de três faculdades de formação de professores na AGEOPPE, que é uma agência de gestão de contratos na Guiné-Bissau, semelhante a outras AGETPIs da rede AFRICATIP e a aquisição de manuais para a UNICEF/Bissau.

O processo orçamental será claramente definido no Manual de Implementação do Projecto (MIP) e o orçamento será adoptado pelo Comité de Direcção do Projecto antes do início do ano. Projectos de orçamentos anuais serão apresentados ao Banco Mundial para apreciação, antes da sua adopção e implementação.

## **8. Estado da Implementação**

(só para os beneficiários actuais)

Este é o primeiro Pedido de Fundos no âmbito da EFA-FTI.

## **9. Quadro financeiro:**

### **Sector global da educação (se disponível)**

(US\$ milhões)	2012	2013	2014
<b>Custos do Programa Educativo</b>	23.10	24.33	23.90
Financiamento interno	8.50	9.20	8.83
Apoio externo	7.40	7.79	7.55
Lacuna no financiamento	7.20	7.34	7.52

### **Sub-sector do ensino primário/básico**

(US\$ milhões)	2012	2013	2014
<b>Custo do Programa Educativo</b>	14.10	16.80	16.30
Financiamento interno	6.80	6.30	6.60
Apoio externo	2.80	3.00	3.20
Lacuna no financiamento	4.50	7.50	6.50

<b>Pedido de Fundos</b>	<b>3.0</b>	<b>5.0</b>	<b>4.0</b>
-------------------------	------------	------------	------------

### **Item de Memorando:**

Apoio ao Orçamento Geral			
--------------------------	--	--	--

### **Observações**

